

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

2011/2012



TII

**O ESPETRO CONTEMPORÂNEO DAS DISPUTAS E
CONFLITOS**

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / DO EXÉRCITO PORTUGUÊS / DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA / DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

*Pedro Miguel Moreira Ribeiro de Faria
MAJ INF*



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**O ESPETRO CONTEMPORÂNEO DAS DISPUTAS E
CONFLITOS**

MAJ INF Ribeiro de Faria

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto
2011/2012

Lisboa – 2012



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**O ESPETRO CONTEMPORÂNEO DAS DISPUTAS E
CONFLITOS**

MAJ INF Ribeiro de Faria

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto
2011/2012

Orientador:

MAJ INF João Vasco da Gama de Barros

Lisboa – 2012

Agradecimentos

Ao Major Gama de Barros, Camarada de longa data, não só pela sua orientação esclarecida e agradável, mas sobretudo pela partilha sincera e estimulante de conhecimentos e visões de inquestionável qualidade ao longo dos últimos anos, que muito contribuíram para a elaboração deste estudo.

Aos meus pais, por tudo.

À minha mulher, por todo o apoio e paciência demonstrados, sem os quais não teria sido possível ultrapassar estes longos meses.

Por fim, aos meus filhos, por tê-los privado de muitas horas de companhia e de brincadeira nos últimos meses.

Índice

Agradecimentos.....	I
Índice	II
Índice de figuras	III
Índice de tabelas	III
Resumo	IV
Abstract.....	V
Palavras-chave.....	VI
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos.....	VII
Introdução	1
1. As teorias da atual Revolução dos Assuntos Militares	5
a. O emprego do instrumento militar.....	5
b. Retrospectiva histórica das RAM.....	8
c. A atual RAM e as suas diferentes correntes teóricas	14
2. A tipologia das disputas e conflitos: uma visão contemporânea	19
a. Porquê e como classificar as disputas e conflitos?	19
b. Critérios de classificação.....	21
(1) Quanto aos intervenientes	21
(2) Quanto ao nível tecnológico dos intervenientes	22
c. Análise estatística dos conflitos contemporâneos e o Espetro da Guerra.....	23
3. Construção do Modelo de Análise.....	26
4. Os conflitos contemporâneos e a RAM	28
a. Análise dos conflitos contemporâneos.....	28
(1) Guerra do Golfo (1990-1991).....	28
(2) Primeira Guerra da Chechénia (1994-1996).....	31
(3) Guerra do Kosovo (1999).....	33
(4) Segunda Guerra da Chechénia (1999-2003).....	34
(5) Intifada de Al Aqsa (2000-2003).....	35
(6) Invasão do Afeganistão (2001).....	36
(7) Invasão do Iraque (2003).....	38
(8) Guerra do Afeganistão (2001-presente) e Guerra do Iraque (2003-2011)	41
b. Síntese analítica	43

Conclusões	45
Bibliografia	49

Índice de figuras

Figura 1 – Possíveis RAM segundo Murray (1997)	10
Figura 2 – Classificação quanto ao nível tecnológico dos intervenientes	23
Figura 3 – Classificação dos conflitos contemporâneos (1990-2007) quanto aos intervenientes	24
Figura 4 – Classificação dos conflitos contemporâneos (1990-2007) quanto ao nível tecnológico dos intervenientes	24

Índice de tabelas

Tabela 1 – Variáveis e Critérios do modelo de análise	26
Tabela 2 – Aplicação do modelo de análise	44

Anexos

- A – Critérios de Classificação das Guerras
- B – Lista de Conflitos e Disputas do período de 1990 a 2007
- C – Lista de Guerras Tecnológicas do período de 1990 a 2007
- D – Modelo de Análise

Resumo

É profusamente discutida na comunidade internacional uma nova conflitualidade mundial, caracterizada por conflitos internos, assimétricos e irregulares. Esta nova conflitualidade surge em paralelo, segundo vários teorizadores, com um novo paradigma de como fazer a guerra, a que normalmente se chama a Revolução dos Assuntos Militares (RAM). Este estudo incide sobre a problemática da conflitualidade contemporânea e a preconizada RAM em curso que, supostamente, alterou o caráter das guerras de hoje.

A metodologia de trabalho baseou-se na consulta de fontes bibliográficas, nomeadamente publicações de autores de referência, bem como em trabalhos e estudos publicados de diversos autores que abordam tanto a tipologia dos conflitos como as teorias da RAM, o que permitiu uma conceptualização dos modelos utilizados no seguimento da investigação. Depois de classificados os conflitos contemporâneos segundo os espectros selecionados, compararam-se as suas características com os fundamentos da principal corrente da atual RAM, de forma a determinar se os conflitos e disputas contemporâneos realmente confirmam a existência de uma RAM que tenha alterado a forma de fazer a guerra.

O estudo conclui que a principal corrente teórica da RAM se baseia na inovação tecnológica e no que esta acarreta, tendo como principais características a presença de avançados sistemas de vigilância, sistemas de comando, controlo, comunicações e informações (C3I) digitais, armas de precisão, operações conjuntas simultâneas e de elevado ritmo, extensa utilização de Operações de Informação e unidades de baixo escalão com integração de armas combinadas na sua constituição base; que as disputas e conflitos contemporâneos são preponderantemente internos e envolvem atores com baixo índice tecnológico; que os fundamentos tecnológicos da RAM estão presentes em apenas 12% dos conflitos e disputas contemporâneos e que a aplicação integral do preconizado pela RAM apenas se verifica em 4% do total dos mesmos.

O estudo termina demonstrando que as características predominantes da RAM estão marginalmente presentes na generalidade das disputas e conflitos contemporâneos, não se constituindo como fatores fundamentais dos mesmos, mantendo-se os fundamentos do sistema moderno de combate atuais e com caráter preponderante. Os fundamentos da RAM representam uma evolução extraordinária na forma de conduzir a guerra, resultando em aumentos de eficiência sem precedentes em várias dimensões do instrumento militar, mas representam uma mera evolução e não uma revolução nos assuntos militares.

Abstract

A new character of conflict, characterized by internal, asymmetric and irregular wars, is profusely discussed by the international community. According to some authors, this new type of conflict appeared simultaneously with a new way of waging wars, normally called the Revolution in Military Affairs (RMA). This study elaborates on contemporary conflict and on the so called RMA, which supposedly altered the character of modern warfare.

The investigation was based on several publications of well-known authors, as well as reports and papers concerning the spectrum of conflict and the different RMA theories, which allowed a conceptual construction of the models used on the following stages of the investigation process. After classifying contemporary wars according to selected spectrum of conflict models, their characteristics were compared with the elements of the main current RMA theory, in order to determine if the contemporary conflicts and disputes actually confirm the existence of a RMA which has altered the character of warfare.

The study concludes that the main theory of the current RMA is based on technology, and its main characteristics are the presence of advanced surveillance, command, control, communications and intelligence digital systems, precision weapons and munitions, high tempo simultaneous joint operations, extensive use of Information Operations and low echelon units permanently organized in accordance with the combined arms concept. It also concludes that contemporary conflict is mostly intrastate and involves actors with a low technological capability, with only 12% of these conflicts incorporating characteristics of the so called current RMA, and only 4% actually seeing the full implementation of these characteristics.

The study ends by demonstrating that the current RMA's predominant characteristics are only marginally present on the generality of the contemporary conflicts, and are not preponderant in their conduct, with the fundamentals of the modern ground combat system still playing a central role on contemporary warfare, both up-to-date and prominent in modern combat. The fundamentals of the current RMA represent an extraordinary evolution in warfare, resulting in unprecedented efficiency gains on the different dimensions of the military, nonetheless representing a mere evolution, not a revolution in military affairs as often propagated.

Palavras-chave

- Conflitos
- Disputas
- Espectro
- Guerra
- Revolução dos Assuntos Militares

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ADM – Armas de Destruição Massiva

AWACS – *Airborne Warning and Control System*

C3 – Comando, Controlo e Comunicações

C3I – Comando, Controlo, Comunicações e Informações

C4IVR – Comando, Controlo, Comunicações, Computadores, Informações, Vigilância e Reconhecimento

CoW – *Correlates of War*

EUA – Estados Unidos da América

GPS – *Global Positioning System*

IVR – Informações, Vigilância e Reconhecimento

JSTARS – *Joint Surveillance and Target Attack Radar System*

OEF – *Operation Enduring Freedom*

OIF – *Operation Iraqi Freedom*

ONU – Organização das Nações Unidas

RAM – Revolução dos Assuntos Militares

RMA – *Revolution in Military Affairs*

RMC – Revolução Militar em Curso

TO – Teatro de Operações

TTP – Técnicas, Táticas e Procedimentos

UAS – *Unmanned Aerial Systems*

Introdução

É profusamente discutida na comunidade internacional uma nova conflitualidade mundial surgida após o derrube do muro de Berlim e a passagem de um sistema internacional bipolar para um sistema unipolar, com os Estados Unidos da América (EUA) como única potência global. De facto, assiste-se a uma diminuição dos conflitos interestatais em detrimento dos conflitos intraestatais, levando à fragmentação de vários estados, aumentando tensões regionais há muito latentes e estabilizadas por um equilíbrio baseado no controlo dos dois blocos predominantes do pós 2ª Guerra Mundial. Mas existirá, de facto, uma nova tipologia de conflitos, ou não será antes a frequência relativa dos mesmos que se alterou, fruto das novas condições de instabilidade? Torna-se assim interessante determinar qual a tipologia predominante dos conflitos das últimas duas décadas, partindo de um espectro da conflitualidade baseado em critérios de análise que possibilitem uma classificação objetiva.

Segundo vários teorizadores, esta nova conflitualidade surge paralelamente a um novo paradigma de como fazer a guerra, a que normalmente se chama a Revolução dos Assuntos Militares (RAM). De facto, já no final da década de setenta do século XX, analistas russos mencionaram a génese de uma revolução na forma de fazer a guerra, ideia que alastrou no início da década de noventa aos EUA (Metz & Kievit, 1994). A teoria da RAM preconiza uma alteração significativa na natureza¹ da guerra provocada pela aplicação inovadora das novas tecnologias que, combinadas com mudanças dramáticas da doutrina militar, dos conceitos operacionais e de organização das forças, altera fundamentalmente o carácter e a conduta das operações militares (DoD Cit. por Andrews, 1998). A teoria da RAM apresenta várias correntes, mas todas elas têm como base o impacto profundo da sofisticação dos armamentos e da era da informação na forma de conduzir a guerra. Telo (2002, p. 224) caracteriza a RAM, a qual apelida de Revolução Militar em Curso (RMC), a partir de seis vetores: um novo conceito da guerra, uma diferente ligação entre Forças Armadas e sociedade, um superior domínio da informação e da sua transformação em conhecimento, o espaço como quarta dimensão da guerra, uma nova geração de armas e uma ampla revisão das forças, dos conceitos de operações e das táticas. Diferentes teorizadores da RAM oferecem-nos as guerras do Golfo em 1991 e 2003 como exemplos paradigmáticos da nova forma de fazer a guerra, mas os preceitos do

¹ É frequente uso da expressão “*warfare nature*” por parte de autores anglo-saxónicos que, se traduzida literalmente, pode desvirtuar o sentido das palavras do autor. Este é normalmente o da forma de conduzir a guerra, ou seja, o carácter da mesma, e não a sua natureza, que, segundo a maioria dos autores, é imutável.

combate terrestre moderno bem característicos destes conflitos – forças conjuntas, armas combinadas, manobra, dispersão, surpresa, flexibilidade, sincronização e ímpeto – são fruto da evolução da forma moderna de fazer a guerra. Estes conflitos foram, nesse sentido, tipicamente convencionais (Jordan, et al., 2009, p. 114), revelando pouco do caráter revolucionário advogado pelos teorizadores da RAM². Por outro lado, os longos conflitos contrassubversivos em que as forças ocidentais se viram envolvidas nesta última década, nomeadamente no Iraque e no Afeganistão, trouxeram para a discussão pública a falta de preparação dos exércitos altamente tecnológicos e treinados para o combate convencional quando confrontados com um inimigo que conduz uma guerra irregular e opera de forma assimétrica, com vista a mitigar as enormes vantagens tecnológicas dessas forças, realçando assim muito claramente a importância do combate de infantaria, aos mais baixos escalões, em terreno complexo, de alta intensidade, instintivo e brutal – longe do preconizado pela RAM.

Estaremos então perante uma RAM – mudança profunda, brusca e violenta como a definição da palavra revolução preconiza – ou antes perante uma simples evolução da forma de fazer a guerra, na continuidade das mudanças verificadas desde os grandes conflitos do século XX? A análise do espectro atual da conflitualidade e dos conflitos das últimas duas décadas, sempre associada ao respetivo emprego do instrumento militar, poderá confirmar ou infirmar a presença das características principais da teoria da RAM nos mesmos, contribuindo para o debate sobre esta temática.

Assim, tendo em conta uma possível ligação desta nova conflitualidade a um novo paradigma de fazer a guerra, o objeto de investigação é a relação entre a tipologia contemporânea dos conflitos e a RAM. A investigação limitou-se, temporalmente, ao período de 1990 a 2007³ e, quanto à tipologia, aos conflitos centrados no ambiente terrestre (*Land Centric Warfare*). Como consequência de tal delimitação na caracterização do emprego do instrumento militar, abordou-se primordialmente o instrumento terrestre; contudo, dado que o instrumento aéreo é fator indissociável nas operações atuais, também o tivemos em consideração⁴.

² Se bem que possamos identificar algumas das suas características, tais como o superior domínio da informação na descrição de Telo.

³ Esta delimitação temporal tem em conta, igualmente, a existência de dados estatísticos objetivos e tratados dos conflitos mundiais, disponibilizados pelo projeto *Correlates of War* (CoW).

⁴ Não ignoramos que a utilização do instrumento naval é hoje de capital importância para a projeção de força em terra, nomeadamente através de porta-aviões e mísseis de cruzeiro. Não obstante, entendemos no âmbito deste estudo o emprego destes meios na perspetiva dos seus efeitos e não das suas plataformas de lançamento, pelo que deixaremos de fora o instrumento naval propriamente dito.

A presente investigação, seguindo o método hipotético dedutivo, visou como objetivo geral confirmar se na generalidade dos conflitos e disputas contemporâneos se verificam as características predominantes da RAM. Teve igualmente objetivos específicos que concorreram para o objetivo geral. Primeiramente, identificou-se a corrente predominante da teoria da RAM, assim como as características preponderantes da mesma. O segundo objetivo específico consistiu em determinar um modelo contemporâneo de espectro dos conflitos e disputas, tendo como base de análise os conflitos ocorridos de 1990 a 2007, que nos permitiu identificar as características do tipo de conflitos preponderante. Por fim, o último objetivo específico visou a confirmação ou infirmação da presença dos elementos característicos da RAM na tipologia de conflitos preponderante nas duas últimas décadas.

Para o desenvolvimento do presente trabalho de investigação enunciou-se a seguinte Questão Central (QC):

QC: De que forma as características da tipologia preponderante dos conflitos e disputas contemporâneos confirmam a existência de uma RAM?

Como possível resposta a esta questão, decorrente das leituras iniciais, formulou-se a seguinte hipótese, que se procurou confirmar ou infirmar:

H: As características predominantes da RAM estão marginalmente presentes na generalidade dos conflitos contemporâneos, não se constituindo como fatores fundamentais dos mesmos.

Para focalizar a investigação nos objetivos específicos, como forma de responder cabalmente à QC, formularam-se as seguintes Questões Derivadas (QD):

QD1: Qual a corrente teórica preponderante entre os teorizadores da RAM?

QD2: Quais as características da tipologia preponderante de disputas e conflitos contemporâneos?

QD3: Que elementos característicos da RAM estão presentes na tipologia de disputas e conflitos contemporâneos?

O percurso metodológico iniciou-se com a recolha de informação, para a qual se recorreu, no capítulo das fontes, a publicações de autores de referência e a trabalhos e estudos publicados de diversos autores que abordam tanto a tipologia dos conflitos como as teorias da RAM, procurando argumentos e perspectivas de análise que permitiram uma conceptualização dos modelos utilizados no seguimento da investigação.

Após a recolha dos dados e da sua análise passou-se à construção de um modelo de análise, com base no espectro de conflitos contemporâneo selecionado, caracterizado e trabalhado estatisticamente para o período em estudo, e numa conceptualização multidimensional da teoria da RAM, identificando as suas características preponderantes como indicadores de medida.

Por fim, efetuou-se a análise dos conflitos selecionados (segundo os espectros trabalhados) aplicando o modelo de análise construído, procurando verificar a presença dos indicadores previamente levantados nos diferentes conflitos. No âmbito da formatação do documento é de referir a utilização de *software* para referenciação automática, nomeadamente o *Microsoft Word 2010*, utilizando o estilo *Harvard-Anglia 2008*.

Tendo em conta o percurso metodológico seguido, e adotando este relatório a sequência coerente do mesmo, apresentaremos no primeiro capítulo, depois de uma abordagem ao emprego do instrumento militar e à teoria das RAM, as principais correntes da atual RAM, assim como as características base que integram o modelo de análise. No segundo capítulo, abordaremos a problemática dos espectros da guerra, dos critérios para a sua seleção e apresentaremos os espectros que servem de base para o modelo de análise dos conflitos contemporâneos, baseados numa classificação das guerras segundo a natureza dos intervenientes e do seu grau tecnológico. O terceiro capítulo centrar-se-á na descrição do modelo de análise, definindo as suas variáveis e os seus critérios. Por fim, no quarto capítulo apresentar-se-á o resultado da aplicação do modelo de análise aos conflitos previamente selecionados para o período delimitado. O relatório termina com as conclusões, que apontam para uma preponderância dos seguintes tipos de conflitos: os intraestatais e os que envolvem atores com baixo índice tecnológico. Nos restantes, nos quais participam atores com elevada capacidade tecnológica, as características presentes da preconizada RAM não podem ser consideradas como fatores fundamentais.

1. As teorias da atual Revolução dos Assuntos Militares

a. O emprego do instrumento militar

O emprego do instrumento militar evolui com o tempo, acompanhando as inovações tecnológicas e técnicas, assim como as mudanças de caráter político, social e económico. Por vezes, os avanços verificados são tão significativos, alterando drasticamente o caráter do emprego do instrumento militar, que se fala de uma revolução em vez da normal evolução gradual, permanente e tão incontornável quanto a evolução do conhecimento humano.

Assim, o instrumento militar terrestre encerra, acima de tudo, a capacidade de obter, manter e explorar o controlo do terreno e da população. Esta capacidade traduz-se nas possibilidades de impor a vontade a um inimigo no meio terrestre, de estabelecer e manter um ambiente estável, de apoiar o restabelecimento, ou de restabelecer infraestruturas e serviços básicos após uma calamidade e apoiar e garantir uma base de projeção para o domínio dos restantes ambientes (IESM, 2010, p. 23). Por sua vez, o instrumento militar aéreo - ou aeroespacial - no âmbito das operações centradas no ambiente terrestre, tem a capacidade de apoiar a manobra, através do apoio de fogos, transporte e informações, vigilância e reconhecimento (IVR), nos níveis tático e operacional, potenciando as capacidades do instrumento militar terrestre. O poder aéreo permite assim, no combate conjunto, obter o controlo do ar, atacar alvos em qualquer parte do teatro, fornecer IVR persistente e transportar pessoal e equipamento para qualquer ponto do teatro⁵ (IESM, 2012).

A 1ª Guerra Mundial trouxe-nos o problema central do sistema moderno de combate terrestre: como conduzir operações militares significativas face a um poder de fogo tremendamente elevado? (Biddle, 2004, p. 28). De facto, o enorme aumento do poder de fogo à disposição dos contendores, bem patente no desenvolvimento da artilharia e das armas de tiro tenso, com destaque para a metralhadora, obrigou a alterações no sistema de combate terrestre que permitissem enfrentar estas armas sem a ocorrência de números de baixas inaceitáveis. “No final da guerra, a resposta apareceu na forma de métodos que se focavam na redução da exposição ao fogo hostil, permitindo o movimento das nossas forças ao mesmo tempo que se retardavam as do inimigo” (Biddle, 2004, p. 28).

⁵ É ainda fator distintivo dos meios aéreos da componente aérea, em relação aos das outras componentes, a capacidade de conduzir operações estratégicas, independentes, transversais ao Teatro de Operações (TO), de menor importância para o objeto de estudo.

Segundo Biddle (2004, p. 43), as mudanças tecnológicas desde 1918 tiveram três consequências principais:

- Aumento continuado do poder de fogo e letalidade do armamento;
- Maior mobilidade e maiores alcances operacionais;
- Maior capacidade de ver, comunicar e processar mais informação em áreas cada vez maiores.

Assim, de modo a contrariar estas capacidades, surgem como elementos chave do sistema moderno ofensivo, no nível tático, a cobertura, a dissimulação, a dispersão, a manobra independente de pequenas unidades, a supressão e a atuação segundo o modelo de armas combinadas (Biddle, 2004, p. 35). Na defesa, aplicam-se os mesmos elementos chave, se bem que adaptados à especificidade da manobra defensiva, de forma a contrariar a aplicação dos mesmos pelo atacante (Biddle, 2004, pp. 44-45). No nível operacional, o sistema de combate moderno explora, na ofensiva, uma de duas formas de emprego do instrumento terrestre: 1. A Penetração do dispositivo do inimigo e a posterior Exploração do Sucesso, com vista a evitar o forte do inimigo e explorar as suas vulnerabilidades defensivas, resultando no colapso sistémico da sua defesa; 2. As operações de Objetivos Limitados, através da concentração de potencial de combate num determinado ponto com vista a conquistar terreno ou a derrotar pontos específicos das defesas do inimigo, contribuindo para a continuação das operações subseqüentes e minimizando o risco. Na defensiva, os conceitos de Profundidade, de utilização de Reservas e de Contra-ataques para garantir a coesão e restabelecimento do dispositivo encontram-se na génese do sistema moderno de combate, constituindo-se ainda hoje como elementos fundamentais de emprego operacional das doutrinas modernas dos exércitos desenvolvidos (Biddle, 2004, pp. 39-48).

A evolução iniciada na Grande Guerra atinge a sua maturidade durante o período da Guerra Fria, em que a Guerra da Manobra, focada no combate em profundidade, nas armas combinadas, nas operações conjuntas e de elevado ritmo, segue essencialmente os conceitos já aplicados na 2ª Guerra Mundial. O sistema moderno de combate terrestre incorpora, assim, uma evolução contínua de conceitos, não se traduzindo numa revolução preconizada por muitos, assente no aparecimento de novas e avançadas tecnologias que conferem aos exércitos novas capacidades nunca antes possíveis de empregar (Jordan, et al., 2009).

No instrumento militar terrestre, estas características revelaram-se sob a forma de grandes unidades mecanizadas e blindadas com grande mobilidade tática e operacional,

grande proteção e poder de fogo, capazes de conduzir operações sincronizadas e simultâneas a grandes distâncias. No instrumento militar aéreo, surgem aeronaves com maior alcance e velocidade, dotadas de armamentos com elevada capacidade de destruição e extremamente precisos, o que possibilitou passar dos bombardeamentos estratégicos da 2ª Guerra Mundial, de elevada destruição colateral, para os bombardeamentos de precisão como aqueles a que assistimos na 2ª Guerra do Golfo, em 2003. Acima de tudo, as novas tecnologias, nomeadamente no campo das comunicações e precisão dos sistemas de armas, permitiram uma elevada integração destes dois elementos, fazendo emergir as operações conjuntas como uma das pedras basilares do sistema moderno de combate.

Hoje, os elementos chave preconizados por Biddle, tanto ao nível tático como ao nível operacional, mantêm-se solidamente presentes nas doutrinas e Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP) utilizados pelos exércitos dos países desenvolvidos e, em grande parte, ao nível tático, pelas forças irregulares que proliferam nos conflitos atuais. De facto, a cobertura, a dissimulação, a dispersão e a manobra independente de pequenas unidades são características da atuação desta tipologia de forças nos teatros modernos.

Os exércitos evoluíram tecnologicamente, adaptando os conceitos de emprego e a sua organização às novas capacidades conferidas pelos novos armamentos e equipamentos, nunca se alterando, contudo, os elementos chave do seu emprego. Todavia, a conjuntura mundial alterou-se, mudando drasticamente o cenário de emprego das forças, logo colocando em dúvida a utilidade dos exércitos industriais, organizados e armados para a tipologia de combate típica da guerra fria. Smith (2008, pp. 313-314) defende que a partir de 1991, o exército industrial tornou-se efetivamente obsoleto. Não fora utilizado, a Guerra Fria tinha acabado sem um único tiro e a grande máquina deixou de ser útil – os exércitos eram grandes, muitos dependiam da conscrição e dispunham de meios industriais (carros de combate, canhões, caças bombardeiros, navios) e das indústrias para os manter. Reduziu-se o número, mas mantiveram-se os equipamentos, por vezes substituídos por modelos similares ou envelhecendo por causa da pouca prioridade dada à sua substituição. E avança como justificação que com o fim da guerra fria, as nações europeias quiseram desfrutar da paz, sendo as suas forças empregadas apenas em manutenção de paz (2008, p. 314). Assim sendo, não se justificava alterar a sua natureza, o que resultou numa redução drástica das forças, mantendo-se a sua organização e os seus equipamentos praticamente inalterados. Como hoje combatemos inimigos não estatais, ideologicamente motivados e com armamento ligeiro, que recorreram a táticas oriundas da antítese da guerra industrial,

mas muito mais desenvolvidas (Smith, 2008, p. 268), os nossos exércitos estão completamente desajustados face às ameaças que encontram no campo de batalha.

Esta evolução do emprego do instrumento militar não se verificou apenas no campo técnico. Os próprios objetivos assim como a estratégia para os atingir evoluíram, adaptando-se a novas conjunturas políticas, sociais e económicas. Rupert Smith (2008, p. 313) diz que o fim da guerra fria “eliminou as balizas nas quais os conflitos emergentes tinham sido mantidos pelos interesses dos dois blocos”. A maior parte destes conflitos são, atualmente, intraestatais (entre o povo) (Smith, 2008, p. 313).

Caracterizando a conjuntura do emprego do instrumento militar moderno, Rupert Smith (2008, pp. 315-316) define as seis tendências básicas que constituem o paradigma do que designa por guerra entre o povo:

- “Os objetivos pelos quais combatemos estão a mudar, de objetivos concretos que determinam um resultado político para o estabelecimento de condições dadas as quais o resultado possa ser, então, decidido;
- Combatemos entre o povo, não no campo de batalha;
- Os nossos conflitos tendem a ser intemporais ou mesmo infindáveis;
- Combatemos para preservar a força, não arriscando tudo para atingirmos o objetivo;
- Em cada ocasião, descobrem-se novas utilizações para armas e organizações que são produto da guerra industrial;
- Os beligerantes são maioritariamente não estatais, compreendendo uma ou outra forma de agrupamento multinacional contra um ou mais adversários não estatais”.

b. Retrospectiva histórica das RAM

Uma RAM é definida pelo Dr. Andrew Marshall, antigo Diretor do *Office of Net Assessment* do Departamento de Defesa dos EUA, como “...a major change in the nature of warfare brought about by the innovative application of new technologies which, combined with dramatic changes in military doctrine and operational and organizational concepts, fundamentally alters the character and conduct of military operations” (Andrews, 1998). Como veremos adiante esta definição não é consensual, mas espelha bem a natureza revolucionária e inovadora de um processo de transformação do

instrumento militar e da forma como este é utilizado, que é normalmente apelidado de RAM.

Embora esta definição identifique claramente vários parâmetros presentes numa RAM, nomeadamente novas tecnologias, mudanças doutrinárias e conceitos operacionais e organizacionais, coloca a ênfase na inovação tecnológica, o que pode ser redutor para o conceito e dificultar a distinção entre uma verdadeira RAM e uma simples evolução de conceitos já existentes, potenciados por avanços tecnológicos, algo que é uma constante ao longo da história da guerra.

Cooper (1994, pp. 12-13) identifica três tipos de RAM que se revelaram ao longo dos tempos:

- Puramente tecnológicas, apoiadas em novas tecnologias militares, baseadas em avanços científicos ou tecnológicos (Ex: Introdução da pólvora, do Arco Curvo e do Nuclear);
- De inovação operacional e organizacional, que podem não envolver mudanças nos objetivos estratégicos, mas representam mudanças significativas na aplicação do instrumento militar (Ex: Guerra da manobra - Blitzkrieg);
- Apoiadas em mudanças fundamentais de natureza económica, social e política, que levam não só a mudanças na forma de aplicação do instrumento militar, como no carácter da guerra (Revolução Napoleónica).

Embora se perceba a tentativa de isolar parâmetros que possam explicar mudanças revolucionárias na forma de conduzir a guerra, dificilmente se concordará que os três tipos elencados se possam manifestar isoladamente. A introdução da pólvora no campo de batalha implicou, inexoravelmente, a adoção de novos conceitos operacionais e organizacionais, e alterou profundamente o carácter da guerra. E tal levanta uma outra questão: tendo a introdução da pólvora originado novas organizações e conceitos operacionais, cingir-se-á a revolução à introdução da mesma? Ou a revolução não é mais do que a combinação das mudanças sequenciais e interligadas de todas estas dimensões, independentemente da moldura temporal que as abarque? A definição que abre o presente ponto é, neste campo, interessante, já que não inclui uma dimensão temporal, assumindo a possibilidade de uma RAM, *id est*, a total implementação do que a mesma preconiza, se prolongar por um período alargado de tempo.

Murray (1997), por outro lado, identifica uma lista de possíveis RAM, acompanhadas das forças motrizes para cada uma (Fig. 1). Tal abordagem identifica vários

fatores que podem contribuir para uma RAM, mas infelizmente Murray não explica no seu artigo o modo como os determinou na abordagem histórica que efetuou, o que retira algum valor ao ensaio para uma possível definição do fenómeno.

14th century — longbow: <i>cultural</i>
15th century — gunpowder: <i>technological, financial</i>
16th century — fortifications: <i>architectural, financial</i>
17th century — Dutch-Swedish tactical reforms: <i>tactical, organizational, cultural</i> — French military reforms: <i>tactical, organizational, administrative</i>
17th–18th centuries — naval warfare: <i>administrative, social, financial, technological</i>
18th century — British financial revolution: <i>financial, organizational, conceptual</i> — French Revolution: <i>ideological, social</i>
18th–19th centuries — industrial revolution: <i>financial, technological, organizational, cultural</i>
19th century — American Civil War: <i>ideological, technological, administrative, operational</i>
late 19th century — naval war: <i>technological, administrative, cultural</i>
19th–20th centuries — medical: <i>technological, organizational</i>
20th century — World War I: combined arms: <i>tactical, conceptual, technological, scientific</i> — Blitzkrieg: <i>tactical, operational, conceptual, organizational</i> — carrier war: <i>conceptual, technological, operational</i> — strategic air war: <i>technological, conceptual, tactical, scientific</i> — submarine war: <i>technological, scientific, tactical</i> — amphibious war: <i>conceptual, tactical, operational</i> — intelligence: <i>conceptual, political, ideological</i> — nuclear weapons: <i>technological</i> — people's war: <i>ideological, political, conceptual</i>

Figura 1 – Possíveis RAM segundo Murray (1997)

De uma forma geral, os teorizadores identificam quatro componentes de uma RAM: inovação operacional, adaptações organizacionais, sistemas militares evoluídos e inovações tecnológicas (Cooper, 1994, p. 12).

Uma revolução, independentemente da sua natureza, implica descontinuidade e mudança. No caso de uma RAM, o que a distingue da natural evolução das capacidades militares é o aumento descontínuo – isto é, superior à evolução normal – dessas capacidades, assim como da eficiência, quer pela introdução de novas tecnologias, quer pela inovação operacional (Cooper, 1994, p. 13) – podendo estar, e normalmente estão, interligadas.

Hundley (1999, p. 9) afirma que uma RAM envolve uma mudança de paradigma na natureza e na condução das operações militares que (1) torna obsoletas ou irrelevantes uma ou mais competências chave⁶ de um ator dominante e/ou (2) cria uma ou mais competências chave, numa qualquer nova dimensão do instrumento militar. O autor defende que “se um desenvolvimento na tecnologia militar não torna obsoleta uma competência chave de um ator dominante ou não cria uma nova competência, então não estamos perante uma RAM. Se tal acontece, então esta verifica-se” (Hundley, 1999, p. 11). Hundley (1999, p. 11) cita ainda Krepinevich, relembrando a definição de RAM proposta por este em 1994: “Uma RAM é o resultado da aplicação de novas tecnologias num número significativo de sistemas, combinada com conceitos operacionais inovadores e adaptações organizacionais, resultando na alteração do carácter e da conduta de um conflito”. Ao citar Krepinevich, Hundley deixou de fora da sua definição algo interessante. Krepinevich diz que uma RAM altera o carácter e a conduta de um conflito através de um aumento drástico do potencial de combate e da eficiência militar das forças armadas (Gray, 2005b). Gray (2005b) discorda de Krepinevich neste ponto, já que advoga que uma RAM não acarreta, forçosamente, tais aumentos de potencial ou de eficiência. Assim, na sua definição, apenas menciona que uma RAM significa “uma mudança radical no carácter ou na conduta da guerra”.

Sobre este assunto, Cohen (1996, p. 44) escreve que a transformação do combate significa mudanças nas relações fundamentais entre ofensiva e defensiva, espaço e tempo, fogo e manobra. Até ao advento dos porta-aviões, as frotas navais defrontavam-se à vista, em grandes formações, com salvas das suas peças de artilharia. Com os porta-aviões, as frotas começaram a confrontar-se à distância de centenas de milhas, através de ataques sucessivos das suas esquadrilhas de aviões. De igual forma, a revolução do poder de fogo no final do século XIX baseou-se na adoção do cano estriado e das subseqüentes melhorias da pólvora sem fumo, da retrocarga e do cartucho metálico. O campo de batalha densamente povoado, típico da guerra civil americana, passou rapidamente a um espaço vazio, com pequenos grupos de soldados a progredirem de cratera em cratera, mudando as táticas que dominaram os campos de batalha nos dois séculos precedentes.

Assim, Cohen (1996, p. 46) defende que não é tanto a tecnologia que marca a mudança revolucionária da guerra, mas as organizações que a utilizam. A invenção do

⁶ Competência Chave: uma capacidade fundamental que fornece a base para um conjunto de capacidades militares. Por exemplo, a capacidade de detetar alvos móveis através de meios aéreos e atacá-los com armas de precisão é hoje uma competência chave da Força Aérea dos EUA (Hundley, 1999, p. 9).

carro de combate não causou uma revolução do combate mecanizado. Apenas a adoção de outras tecnologias complementares, como os rádios que os equipam, novas organizações das forças, novos conceitos operacionais e um ambiente propício de cultura de comando permitiram tal revolução levada a cabo pelos alemães na 2ª Guerra Mundial. O autor defende, ainda, que uma transformação numa área dos assuntos militares não significa a irrelevância de todas as outras; as armas nucleares não tornaram o poder convencional obsoleto (Cohen, 1996, p. 51).

Diferentes atores defendem a existência de várias RAM ao longo da história da humanidade. Cooper (1994), assim como Arquilla e Ronfeldt (1997), propõem a seguinte lista das revoluções mais marcantes desde o século XIX:

- Guerras Napoleónicas, tendo como base uma industrialização que permitiu equipar e apoiar um exército de massas, apoiada por mudanças económicas, políticas e sociais drásticas, que permitiram a nação em armas e a possibilidade de realizar campanhas em teatros de grande dimensão e sustentar as mesmas por longos períodos de tempo;
- Guerra Civil Americana/Guerra Franco-Prussiana – apoiada no caminho-de-ferro e no telégrafo para aumentar, no plano estratégico, o alcance, a mobilidade, as comunicações e o apoio logístico das forças, permitindo as operações num teatro continental;
- Grande Guerra, que incorporou a produção em massa de tecnologia que permitiu equipar exércitos de milhões de homens com tecnologias industriais como a metralhadora e a artilharia, assim como a mecanização dos meios de apoio logístico. Esta revolução transformou uma guerra com grande mobilidade das forças, como foram as anteriores, numa guerra estática, de atrito, caracterizada por um enorme poder de fogo e grande número de combatentes alimentando continuamente as fileiras depredadas pelo combate;
- Revolução "dual" (entre guerras), com a introdução do motor de combustão, da capacidade aérea tática e estratégica e do rádio, reintroduzindo a mobilidade estratégica e operacional, a manobra e a iniciativa como elementos essenciais do combate;
- Nuclear/Armas de longo alcance, que combinou as armas nucleares com capacidade balística intercontinental, possibilitando a destruição dos centros

económicos, políticos e sociais de um estado, assim como as suas forças armadas.

Se bem que qualquer uma destas revoluções propostas sejam historicamente verificáveis, pode argumentar-se que pecam por ser extremamente abrangentes. Na chamada revolução dual inserem-se a Blitzkrieg, verdadeira inovação tecnológica, organizacional e operacional no combate aeroterrestre e a revolução naval norte americana, com a introdução do porta-aviões, da capacidade anfíbia e dos submarinos de longo alcance, resultando em novos conceitos operacionais e organização das forças que lhe garantiram a vitória no Pacífico na 2ª Guerra Mundial. Embora seja relativamente fácil identificar elementos que resultaram numa descontinuidade na evolução das capacidades militares de um ator, é discutível se tal evolução representa um real avanço exponencial dessas capacidades, resultando numa verdadeira revolução, e não apenas uma evolução natural intimamente ligada à evolução tecnológica da humanidade. Neste campo, o conceito de Hundley de competências chave tornadas obsoletas assume especial interesse, se bem que nem sempre se afigure claro determinar tais competências chave de um ator dominante, já que não existe tal conceito doutrinário e o autor não define critérios para a sua definição.

Assim, podemos identificar alguns elementos chave numa RAM:

- Introdução de novas tecnologias;
- Adoção de novas organizações de forças;
- Adoção de novos conceitos operacionais de emprego das forças;
- Competências prévias na mesma área operacional tornadas irrelevantes e/ou introdução de novas competências.

Desde a revolução nuclear, que se estendeu por mais de duas décadas, período necessário para o desenvolvimento da arma nuclear utilizada pela primeira vez no final da 2ª Guerra Mundial e do armamento balístico intercontinental, o mundo não assistiu a um avanço substancial no domínio militar que mudasse radicalmente a forma de conduzir a guerra. Com o advento da Guerra do Golfo de 1991, a estratégia da Coligação, e principalmente dos EUA, baseou-se nos bombardeamentos de precisão, elevadas capacidades de comando, controlo e comunicações (C3) e novas tecnologias de recolha e disseminação de informação. Muitos analistas concluíram que o mundo entrou numa nova RAM, focada na guerra da informação e nos bombardeamentos de precisão (Andrews, 1998, p. 6). Mas as bases para que tal acontecesse em 1991 foram lançadas muito antes, no decorrer da guerra fria, como veremos adiante.

c. A atual RAM e as suas diferentes correntes teóricas

A gênese da ideia de uma nova RAM baseada na tecnologia que conferiria ao armamento convencional uma eficiência operacional comparável à de armas nucleares tácticas data do início dos anos oitenta do século XX, em que o Marechal Nicolai Ogarkov, na altura Comandante Supremo das Forças Armadas Soviéticas, e a sua equipa identificaram a capacidade tecnológica militar dos EUA que permitia detetar e destruir rapidamente forças blindadas com mísseis convencionais a uma distância de centenas de milhas. Tal observação trouxe grande preocupação, já que a estratégia soviética para um conflito na Europa Ocidental se baseava na ofensiva de grandes unidades mecanizadas e blindadas em sucessivas vagas (Cohen, 1996). Tais ideias migraram eventualmente para o Departamento da Defesa dos EUA, onde Andrew Marshall as explorou e desenvolveu como forma de combater a ameaça soviética no teatro europeu.

A grande maioria dos teorizadores defende que a atual RAM é, essencialmente, de carácter tecnológico. Para Hundley (1999), a atual RAM é vista como iminentemente tecnológica, combinando avanços técnicos nos instrumentos de vigilância, sistemas C3I e munições de precisão com novos conceitos operacionais, incluindo a Guerra da Informação, operações conjuntas contínuas e de elevado ritmo, em toda a extensão dos teatros de operações. É, no entanto, geralmente consensual que uma revolução de carácter tecnológico combina a tecnologia com novas organizações e conceitos operacionais a fim de aumentar a eficiência e as capacidades das forças. Se espelharmos tais capacidades numa possível definição, mais facilmente poderemos identificar novos padrões de atuação, que podem acarretar mudanças no carácter da guerra. Assim, Arquilla e Ronfeldt (1997, p. 126) sugerem que uma boa definição para a atual RAM no nível operacional seria “séries paralelas de operações integradas e sincronizadas, altamente letais e de elevada mobilidade, em toda a profundidade e extensão do teatro, com o objetivo de provocar o colapso rápido do poder militar e da vontade do inimigo”.

O desenvolvimento da tecnologia que contribuiu para a alegada nova RAM iniciou-se durante a Guerra Fria, possibilitando as mudanças nas forças norte-americanas para um hipotético confronto com o Pacto de Varsóvia na Europa. Assim, as raízes desta RAM alimentam-se inexoravelmente dos conceitos de um tipo de guerra convencional entre grandes exércitos como a prevista para a Europa na época da guerra fria ou para a Coreia (Chapman, 2003, p. 14). A Guerra do Golfo de 1991 recriou, de certa maneira, o cenário típico para o qual as forças armadas ocidentais se prepararam durante a guerra fria, com

um exército inimigo de grandes dimensões, com grandes unidades mecanizadas e blindadas, apoiadas por uma força aérea que embora tecnologicamente pouco avançada, era de grande dimensão. A operação *Desert Storm* demonstrou que a capacidade de executar operações de grande envergadura, complexas, simultâneas, com um ritmo elevado constituía uma vantagem primordial que levou ao colapso da capacidade de resposta do inimigo. Esta vantagem baseou-se numa panóplia de modernos sensores, avançados sistemas de armas convencionais e uma moderna estrutura de C3I, que permitiram à coligação liderada pelos EUA ultrapassar obstáculos nas dimensões temporal e espacial (Arquilla & Ronfeldt, 1997, p. 85).

Assim, pode dizer-se que a principal corrente teórica da atual RAM identifica como elementos chave da mesma os seguintes:

- Avançados sistemas de vigilância (terrestres, aéreos e espaciais);
- Sistemas C3I digitais;
- Armas de precisão (aéreas e terrestres);
- Operações conjuntas simultâneas e de elevado ritmo;
- Operações de Informação;
- Unidades mais pequenas e versáteis (aplicação dos princípios das armas combinadas⁷ aos mais baixos escalões – Companhia e nalguns casos Pelotão), com maior poder de fogo e mobilidade.

Não obstante a principal corrente teórica dos que advogam a existência de uma RAM se basear nos avanços tecnológicos combinados com mudanças organizacionais e operacionais, outros autores defendem dimensões mais abrangentes para a atual revolução.

Telo (2002, p. 224) denomina-a RMC e caracteriza-a a partir de seis vetores:

- Um novo conceito da guerra;
- Uma diferente ligação entre Forças Armadas e sociedade;
- Um superior domínio da informação e da sua transformação em conhecimento;
- O espaço como quarta dimensão da guerra;
- Uma nova geração de armas;

⁷ O conceito de Armas Combinadas é definido como a “aplicação simultânea e sincronizada dos elementos de potencial de combate para alcançar um efeito sinérgico na ação militar. As armas combinadas utilizam as capacidades de cada uma das funções de combate e informação em complementaridade e em reforço mútuo (...) Em reforço, os sistemas similares são combinados na mesma função de combate para aumentar a sua capacidade. É o caso típico do emprego combinado da infantaria com carros de combate.” (IESM, 2010, p. 58).

- Uma ampla revisão das forças, dos conceitos de operações e das táticas.

A sua análise é interessante e abarca três dimensões basilares da atual RAM tal como preconizada por outros autores (introdução de novas tecnologias, adoção de novas organizações de forças e novos conceitos operacionais de emprego das mesmas), salientando a característica basilar mencionada por autores como Gray e Krepinevich, ou seja, alteração do caráter da guerra, se bem que defende, neste caso, uma visão que não corresponde à realidade contemporânea: “A guerra RMC é de curta duração em termos de uma ação militar intensa – mede-se em semanas e não em meses ou anos” (Telo, 2002, p. 227). As recentes experiências no Afeganistão e Iraque demonstram exatamente o contrário, e marcam uma continuidade do conceito de emprego da guerra de guerrilha e das táticas de contrassubversão que contrariam a mudança do seu modo de emprego advogada por Telo (assim como por outros autores). Não obstante, a linha de pensamento de Telo vai de encontro ao que a maioria dos autores propõe como características da atual RAM, no que toca a novas tecnologias, organizações e emprego operacional das forças. E é neste ponto que encontramos um argumento que contradiz liminarmente a teoria das RAM: ao prever a continuidade desta RAM, Telo (2002, p. 246) diz que “Pode ser previsto que a RMC se vai prolongar ainda por muitos anos e o seu ritmo tende a acelerar. A RMC está longe de ser um movimento acabado ou onde a evolução futura seja evidente. Ela deu somente os primeiros passos no último meio século, embora esteja já madura...”. Assim sendo, o que separa então uma RAM da simples evolução tecnológica, organizacional e operacional dos exércitos? Certamente não se poderá dizer que a simples evolução gradual não acabará por levar a mudanças drásticas de paradigmas, sejam quais forem as áreas do conhecimento, pelo que ficamos sem saber se realmente estamos perante uma revolução ou se, pelo contrário, assistimos a uma simples evolução do caráter e da conduta da guerra. Como diz Chapman (2003, p. 2), “há poucas dúvidas de que desenvolvimentos como a pólvora, o poder aéreo e as armas nucleares tenham marcado verdadeiras revoluções nos assuntos militares, mas não existe consenso de que as recentes mudanças no armamento e estratégias militares, tornadas possíveis pelos avanços nas tecnologias da informação, possam constituir uma revolução”.

Mary Kaldor (2006, p. 4) partilha igualmente da ideia de uma RAM, mas enquadra-a na mais abrangente dimensão das relações sociais da guerra, com um novo tipo de violência organizada descrita como uma mistura de guerra, crime organizado e violação massiva dos direitos humanos, num contexto de perda de capacidade económica de um

estado, aumento da criminalidade organizada e, por conseguinte, perda de eficiência e aumento da corrupção. Tal contribui para o aparecimento de grupos paramilitares que, em conjunto com o crime organizado, aumentam a privatização da violência e resultam na perda de legitimidade política. As novas guerras preconizadas por Kaldor (2006, p. 7) contrastam com as anteriores no que respeita aos objetivos, aos métodos de emprego das forças⁸ e aos modos de financiamento. Quanto aos objetivos, os das novas guerras passaram a ser baseados numa política de identidade, ou seja, na reclamação do poder com base numa identidade particular, seja ela nacional, tribal, linguística ou religiosa. No que respeita à forma de emprego das forças, as novas guerras baseiam-se na experiência prévia da guerra de guerrilha e da contrainsurreição, levada a cabo por forças tão díspares como unidades paramilitares, senhores da guerra, gangues criminosos, forças policiais, grupos mercenários e exércitos convencionais, tipicamente com organizações pouco hierarquizadas e em rede. Quanto ao financiamento, a nova economia de guerra, agora globalizada, é diametralmente oposta ao anterior modelo, altamente centralizado. A economia atual que suporta muitos dos contendores é descentralizada, sendo o financiamento obtido através de inúmeras fontes, de onde se destacam a pilhagem, a tomada de reféns e consequente resgate, o mercado negro e a ajuda externa proveniente das mais variadas origens, como as diásporas com laços aos grupos em questão (Kaldor, 2006, pp. 7-10).

De qualquer modo, independentemente do interesse de abordagens mais abrangentes como as acima descritas, a principal corrente teórica da RAM baseia-se na inovação tecnológica e respetivas consequências, como vimos inicialmente. Assim, no âmbito deste estudo, e com vista à construção do modelo de análise, definem-se como elementos chave da atual RAM os seguintes:

- Avançados sistemas de vigilância (terrestres, aéreos e espaciais);
- Sistemas C3I digitais;
- Armas de precisão (aéreas e terrestres);
- Operações conjuntas simultâneas e de elevado ritmo;
- Extensa utilização de Operações de Informação;
- Unidades de baixo escalão (Companhia) com integração de armas combinadas na sua constituição base;

⁸*Methods of warfare*, no original.

- Conceitos operacionais e táticos do sistema moderno de combate tornados irrelevantes pela adoção de novos conceitos de emprego do instrumento militar.

2. A tipologia das disputas e conflitos: uma visão contemporânea

a. Porquê e como classificar as disputas e conflitos?

O homem sempre sentiu a necessidade de classificar os conflitos e as disputas ou, em sentido lato, as guerras⁹. A classificação permite sistematizar o fenómeno, facilitando a sua análise e o seu estudo. A sistematização de um fenómeno sempre se revelou útil para a sua compreensão, pelo que os estudiosos sempre ensaiaram classificar as guerras de acordo com uma metodologia que lhes servisse os objetivos do seu estudo ou análise. As classificações são feitas de acordo com critérios que se adequam ao objetivo da análise em vista e que, no âmbito das ciências não exatas, se apresentam normalmente de difícil definição, sendo ainda mais complexa a posterior classificação do objeto de estudo, pelas inúmeras variáveis envolvidas¹⁰.

Os critérios de classificação podem, assim, ser variados, dependendo do objetivo da análise que se pretende efetuar. Segundo Santos (1983, p. 183), de acordo com o pensamento ocidental, estes critérios podem ser definidos pelas respostas às seguintes questões: Quem? Porquê? Para Quê? Com Quê? Onde? Como? Assim, podem classificar-se as guerras quanto:

- Aos intervenientes (Quem);
- Aos motivos (Porquê);
- À finalidade (Para Quê);
- Ao nível de coação (Com Quê);
- À amplitude (Onde);
- Às restrições (Como).

Na mesma obra, Santos adverte para a possibilidade de existência de outros critérios, dando o exemplo da classificação quanto às características especiais que apresentam; no caso do pensamento soviético refere a classificação baseada no fenómeno

⁹ Entende-se guerra como um ato de violência organizada entre atores, estatais ou não, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, possibilidade potencial, visando um determinado fim político, em que cada um dos adversários procura obrigar o outro a submeter-se à sua vontade (adaptado de EME, 1987, p. 1-2). Entenda-se fins políticos num sentido lato e sujeitos à variedade cultural histórica verificada ao longo dos tempos (*id est* não apenas no sentido estrito dos objetivos definidos por um estado na prossecução da sua política). Assim, no âmbito deste trabalho, quando se menciona o fenómeno guerra, entende-se como englobando a miríade de disputas e conflitos de maior ou menor dimensão entre grupos armados organizados atuando no quadro da definição proposta, delimitado por parâmetros adiante definidos.

¹⁰ No âmbito deste trabalho é apenas estudada a classificação das guerras e não da conflitualidade, conceito mais amplo, de difícil delimitação pelas inúmeras variáveis e dimensões que encerra. Assim, será proposto um modelo de espetro da guerra com vista à construção do modelo de análise e não um espetro da conflitualidade.

social tal como interpretado pelo marxismo-leninismo. Classificação em guerras justas e injustas, subdivididas em imperialistas, revolucionárias, de libertação, coloniais, entre outras, com base nesse critério, poderiam fazer sentido do ponto de vista da ideologia soviética da altura, mas pouca aplicabilidade prática parecem ter na atual realidade ocidental, relevando, como veremos adiante, a importância de quem classifica as guerras. Acresce o facto de podermos englobar muitas destas subdivisões nos critérios propostos por Santos, que parecem abarcar os aspetos fundamentais enquadrantes de um conflito. Assim, todas as supramencionadas poderão ser classificações segundo o critério da Finalidade, levando a crer que, sob os critérios base, chamemos-lhes assim, propostos por Santos, poderemos levantar inúmeras perspectivas de análise que se enquadrem nos interesses ou necessidades de quem classifica a guerra.

Assim, o objetivo do estudo ou análise associados à classificação ditará o critério a utilizar. Se para um político, que procura respostas para as causas da eclosão dos conflitos, um critério assente nos motivos ou na finalidade se afigura como ajustado, para um militar, que necessita de analisar com que meios uma guerra se poderá travar, um critério baseado no nível de coação e nas restrições será, porventura, mais adequado. Já para o sociólogo, na busca das características dos conflitos e disputas e do seu impacto na sociedade, vários critérios poderão ser utilizados, tais como os tendo como base os intervenientes, os motivos, a amplitude ou, porque não, todos os outros, dependendo na realidade dos objetivos de uma investigação. Assim, qualquer critério de classificação é legítimo, sendo a sua utilidade maior ou menor consoante o objetivo da análise que se pretende fazer. De notar que, independentemente do critério utilizado, o fenómeno classificado é imutável, sendo logicamente possível que uma guerra seja classificada diferentemente quando sujeita a critérios de classificação distintos. Veja-se o exemplo da 2ª Guerra Mundial, simultaneamente uma guerra Internacional ou Interestatal (tendo como critério os intervenientes), uma guerra Mundial (sendo o critério a amplitude) e ainda uma guerra Total (pelo critério do nível de coação).

Outro aspeto da classificação das guerras prende-se com o facto de esta, ainda que baseada no mesmo critério, poder diferir em função do seu autor. De facto, as características e realidades políticas, culturais, religiosas ou ideológicas poderão influenciar a classificação de uma guerra por parte de um autor. Veja-se como exemplo as guerras Israelo-árabes, classificadas pela maioria dos estados ocidentais, assim como por Israel, como guerras Interestatais, e pelo Irão ou Síria como guerras contra uma entidade

não legítima nem soberana, por não reconhecerem o Estado de Israel, logo como uma guerra Extraestatal (no pressuposto de que um dos atores não é um estado).

Por vezes, a classificação das guerras com base apenas num critério pode ser redutora para o objetivo pretendido, pelo que a combinação de vários critérios pode traduzir-se numa classificação sistémica mais completa que poderá fornecer uma imagem mais real, logo menos conceptual, do fenómeno. Cabral Couto (1988, p. 152), no espectro da guerra proposto nos seus Elementos de Estratégia, similar ao apresentado por Santos (1983, p. 185), combina vários critérios para a classificação das guerras, incluindo os intervenientes, a finalidade e os níveis de coação.

b. Critérios de classificação

Por nos parecer que os seis critérios propostos por Santos abarcam a generalidade das variáveis fundamentais do fenómeno da guerra, tomá-los-emos como critérios base para a nossa análise da classificação das guerras, analisando-os e relacionando-os entre si. O Anexo A (Critérios de Classificação das Guerras) apresenta uma análise dos diferentes critérios de classificação das guerras, que o leitor pode consultar para aprofundar o tema. Aqui apresentaremos apenas os critérios que, em resultado dessa análise e tendo em conta os objetivos deste estudo, utilizaremos na construção do modelo de análise.

(1) Quanto aos intervenientes

Sendo a classificação quanto aos intervenientes das mais comuns, já que permite tratar o fenómeno tendo em conta os atores que nele participam e sem os quais não existiria, será o nosso ponto de partida para a análise a efetuar. Sendo a guerra um ato de agressão entre dois ou mais grupos, é crucial poder classificá-los utilizando parâmetros transversais a qualquer conflito e, logicamente, excluindo-se mutuamente. Por tal motivo é necessário partir de uma base comum que descarte ambiguidades, base essa que poderá ser a condição de ator da cena internacional. Sendo o Estado o ator central do sistema político internacional, poderá ser este a figura pivô do sistema de classificação. É exemplo disso o espectro proposto pelo projeto CoW (Sarkees & Wayman, 2010), em que divide as guerras em:

- Interestatais – Entre estados;
- Extraestatais – Entre estados e atores não estatais, em que os primeiros intervêm fora do seu território;

- Intraestatais – Entre atores não estatais ou entre estes e o governo Estatal/Regional, dentro do território de um estado;
- Não Estatais – Entre atores não estatais.

Esta classificação elimina ambiguidades, já que, de um modo geral, classificar um ator como estatal significa que ele é reconhecido como membro da Organização das Nações Unidas (ONU). E dizemos de um modo geral pelo facto de, pontualmente, alguns estados não reconhecerem outros mesmo que sejam membros da ONU (como, por exemplo, o Irão em relação a Israel) o que não obsta ao facto de jurídica e legalmente esse ator se constituir como estado segundo o normativo legal internacional e pela generalidade dos estados membros da ONU.

Assim, esta classificação favorece uma visão clara da tipologia de conflitos tendo como critério os seus intervenientes, razão pela qual se adotará a mesma para análises subsequentes no âmbito desta investigação.

(2) Quanto ao nível tecnológico dos intervenientes

Como vimos anteriormente, embora os seis critérios propostos por Santos abarquem a generalidade das variáveis fundamentais do fenómeno da guerra, outros poderão ser utilizados sempre que se revelarem úteis para o objetivo proposto. Assim, no âmbito deste trabalho, utilizaremos o critério do nível tecnológico dos intervenientes. Poderá argumentar-se que este critério não é mais do que uma classificação quanto ao nível de coação, sendo a classificação feita segundo o grau tecnológico dos intervenientes. Aceita-se tal argumento mas, de forma a não levantar ambiguidades com outros modelos de análise baseados no nível de coação, escolheu-se isolá-lo para o âmbito deste trabalho. Com base neste critério as guerras podem ser classificadas como:

- Guerras Tecnológicas – Envolvem pelo menos um ator com capacidade tecnológica militar avançada (sistemas de C3 digitais, sistemas ISTAR, armamento com sistemas de controlo de tiro digitais/óticos/noturnos);
- Guerras Rudimentares – Não envolvem atores com capacidades tecnológicas militares avançadas.

Tendo em conta que a RAM atual preconizada por muitos teorizadores assenta numa extensa base tecnológica, este critério, embora redutor se utilizado isoladamente, facilitará a análise da conflitualidade contemporânea no âmbito da investigação.



Figura 2 – Classificação quanto ao nível tecnológico dos intervenientes

c. Análise estatística dos conflitos contemporâneos e o Espectro da Guerra

Como visto anteriormente, o propósito deste trabalho é determinar se as características dominantes dos conflitos contemporâneos confirmam a existência de uma RAM. Para isso torna-se necessário analisar a conflitualidade contemporânea, classificar os conflitos segundo critérios de análise definidos e estudar as suas características. Assim, analisaremos os conflitos contemporâneos (no período delimitado de 1990 a 2007) e classificá-los-emos segundo os critérios previamente analisados:

- Quanto aos intervenientes;
- Quanto ao nível tecnológico dos intervenientes.

Para tal recorreu-se aos dados do projeto CoW, nomeadamente à sua quarta versão, que analisa os conflitos desde 1816 até 2007, dos quais apenas se utilizam os dados correspondentes ao período delimitado. O projeto define guerra como o “combate continuado entre atores, envolvendo grupos armados organizados, dos quais resultam um mínimo de 1000 baixas relacionadas com o combate”. É esta a delimitação utilizada no âmbito deste trabalho de forma a manter a coerência dos dados estatísticos utilizados.

O levantamento dos conflitos e disputas do período em análise resultou numa lista de 76 ocorrências que podemos consultar no Anexo B (Lista de conflitos e disputas do período de 1990 a 2007).

A classificação destes conflitos quanto aos intervenientes, segundo os critérios definidos no ponto 2.b.(1), baseados no critério de classificação do projeto CoW, revela uma preponderância dos conflitos intraestatais, como podemos ver na figura 3.

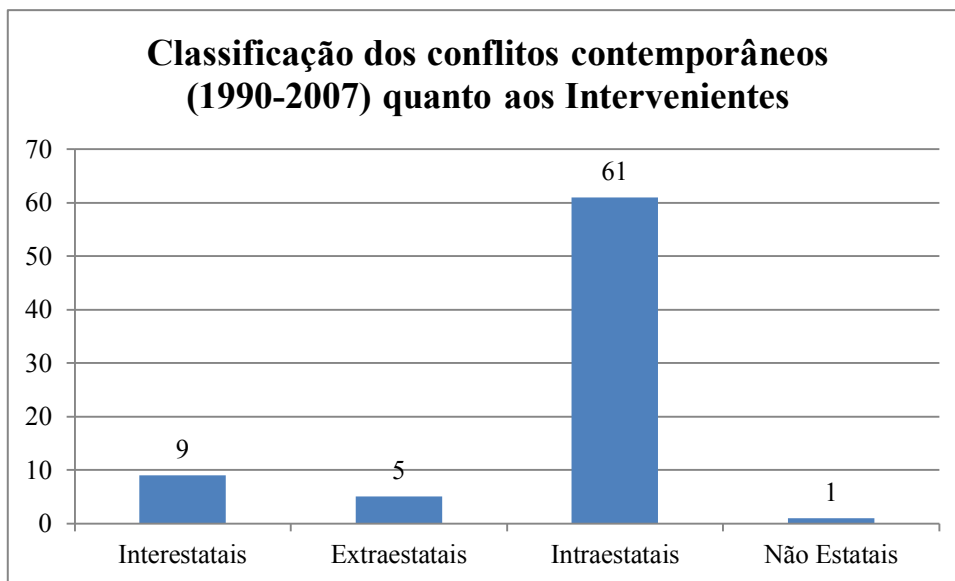


Figura 3 – Classificação dos conflitos contemporâneos (1990-2007) quanto aos intervenientes (elaborado pelo autor, a partir de Sarkees & Wayman, 2010)

Já a classificação quanto ao nível tecnológico dos intervenientes, utilizando para tal os critérios definidos em 2.b.(2), é feita através da análise dos atores, determinando-se os que possuem capacidade tecnológica militar avançada (sistemas de C3 digitais, sistemas ISTAR, armamento com sistemas de controlo de tiro digitais/óticos/noturnos). Assim, esta classificação aponta para uma esmagadora preponderância de conflitos em que a tecnologia de última geração não é predominante, como se pode confirmar pela Figura 4 e pela lista de guerras tecnológicas constante do Anexo C.

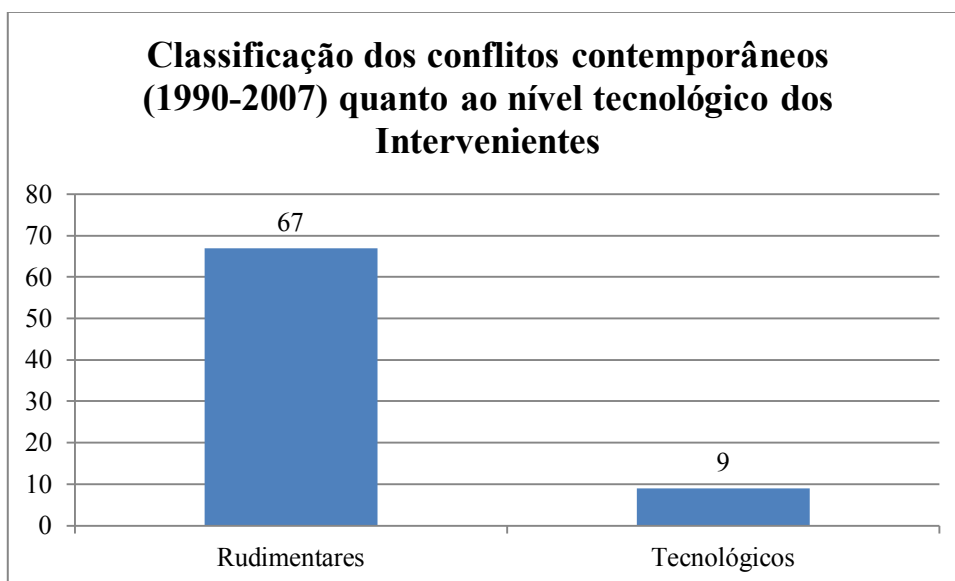


Figura 4 – Classificação dos conflitos contemporâneos (1990-2007) quanto ao nível tecnológico dos intervenientes (elaborado pelo autor, a partir de Sarkees & Wayman, 2010)

A conflitualidade contemporânea revela-se assim predominantemente interna, ou seja, dentro das fronteiras dos estados, envolvendo ou não o próprio governo reconhecido, e recorrendo a organizações militares que carecem de tecnologias de ponta, ou seja, sem acesso às novas tecnologias digitais e da informação.

3. Construção do Modelo de Análise

Com vista à resposta da QD3 (Que elementos característicos da RAM estão presentes na tipologia de disputas e conflitos contemporâneos?), construiu-se um modelo de análise que visa analisar os conflitos do período delimitado segundo determinadas variáveis e critérios.

As variáveis e critérios respetivos selecionados para o modelo, segundo os quais todos os conflitos serão analisados, são os constantes da Tabela 1, devidamente esquematizados no Anexo C – Modelo de Análise.

Tabela 1 – Variáveis e Critérios do modelo de análise

Passo	Variáveis do Modelo	Critérios de Análise
1	Tipologia do conflito	Grau tecnológico dos intervenientes: <ul style="list-style-type: none"> • Guerras Tecnológicas; • Guerras Rudimentares (descartadas por não possuírem as características de uma RAM).
2	Características da RAM	Presença de: <ul style="list-style-type: none"> • Avançados sistemas de vigilância (terrestres, aéreos e espaciais); • Sistemas C3I digitais; • Armas de precisão (aéreas e terrestres); • Operações conjuntas simultâneas e de elevado ritmo; • Extensa utilização de Operações de Informação; • Unidades de baixo escalão (Companhia) com integração de armas combinadas na sua constituição base.
3	Elementos chave do sistema moderno de combate	Verificar se os elementos chave do sistema moderno de combate, ao nível operacional e tático, tal como definido no capítulo 1, se tornaram irrelevantes pela aplicação das

		características da RAM ao conflito: <u>Nível Operacional:</u> Penetração e Exploração do Sucesso; Operações de Objetivo Limitado; Profundidade, utilização de Reservas e Contra-ataques; <u>Nível Tático:</u> Cobertura; Dissimulação; Dispersão; Manobra independente de pequenas unidades; Supressão; Integração de armas combinadas.
--	--	--

Assim, iniciar-se-á a análise pela aplicação do modelo de tipologia do conflito baseado no critério do grau tecnológico dos intervenientes, descartando os conflitos classificados como rudimentares, por os intervenientes não possuírem forças com os requisitos necessários para a aplicação da atual RAM tal como esta é caracterizada pela sua principal corrente.

De seguida, os conflitos classificados como tecnológicos são analisados a fim de se determinar se as principais características da RAM estão presentes nos mesmos, não considerando os que não evidenciarem, pelo menos, a presença das seguintes características: Avançados sistemas de vigilância, Sistemas C3I digitais e Armas de precisão.

Por fim, todos os conflitos que transitarem da fase anterior serão analisados verificando-se se na conduta de cada um a aplicação das características da RAM previamente identificadas tornaram irrelevantes alguns dos elementos chave do sistema moderno de combate.

4. Os conflitos contemporâneos e a RAM

Aplicando o modelo de tipologia de conflitos baseado no grau tecnológico dos intervenientes, verificou-se que das 76 ocorrências no período temporal em análise, apenas nove cumprem os critérios definidos no modelo de análise:

- Guerra do Golfo (1990-1991);
- Primeira Guerra da Chechénia (1994-1996);
- Guerra do Kosovo (1999);
- Segunda Guerra da Chechénia (1999-2003);
- Intifada Al Aqsa (2000-2003);
- Invasão do Afeganistão (2001);
- Guerra do Afeganistão (2001-presente);
- Invasão do Iraque (2003);
- Guerra do Iraque (2003-2011).

Aos conflitos identificados foram aplicados os critérios da segunda variável do modelo de análise (Características da RAM), de forma a determinar se estas estão presentes na conduta dos mesmos. Nos conflitos em que tais premissas se verificaram, passou-se à verificação dos critérios da terceira variável de análise (elementos chave do sistema de combate moderno).

a. Análise dos conflitos contemporâneos

(1) Guerra do Golfo (1990-1991)

A Guerra do Golfo é, para muitos, o corolário da RAM. Neste conflito encontramos, sem sombra de dúvida, todos os elementos da preconizada revolução, não fosse este o ponto charneira que levou à afirmação por um sem número de teorizadores e estudiosos que se estava perante uma revolução inequívoca da forma de fazer a guerra. De facto, podemos identificar a presença de avançados sistemas de vigilância (terrestres, aéreos e espaciais), sistemas C3I digitais e de armas de precisão (aéreas e terrestres). A extensa utilização de satélites para vigilância, navegação e *targetting*, de *Unmanned Aerial Systems* (UAS) em missões de vigilância e reconhecimento, dos sistemas JSTARS e AWACS que permitiram uma perceção da situação sem precedentes, da partilha digital de informações até aos mais baixos escalões e de armas de precisão guiadas por GPS, radar ou infravermelhos, tanto aéreas como terrestres, traduz na perfeição o preconizado pelos defensores da RAM. Para além desta vertente tecnológica, a conduta das operações

conjuntas, com manobras na profundidade do dispositivo inimigo (o famoso *Left Hook* conduzido pela 24ª Divisão de Infantaria) em simultâneo com o ataque ao seu dispositivo de defesa principal no Kuwait, traduziram o conceito de operações conjuntas simultâneas e de elevado ritmo, se bem que o verdadeiro grau de integração das várias componentes nas operações conjuntas é, mesmo assim, discutível, já que pareceu existir um elevado grau de independência do instrumento aéreo durante a campanha. Por fim, o controlo do ambiente das informações pelos aliados, com total superioridade sobre o inimigo, negando-lhe a capacidade de ver, analisar e decidir em tempo útil, encerra na perfeição a visão dos defensores da RAM.

As características deste conflito cumprem, sem margem para dúvida, os requisitos do segundo passo do modelo de análise. Mas terá a introdução (ou nalguns casos consolidação) destes elementos no instrumento militar tornado irrelevantes os fundamentos básicos do sistema de combate moderno?

No que diz respeito às operações terrestres, não existem dúvidas de que as tecnologias avançadas tornaram as forças mais eficientes e letais; são exemplo a navegação por satélite, que possibilitou a manobra sincronizada e o movimento no deserto durante o dia e a noite, e os sistemas de armas das viaturas blindadas americanas, que lhes permitiam detetar e atacar as iraquianas mesmo antes de estes os poderem ver (Shimko, 2010, p. 84). Mas a forma como a campanha terrestre foi conduzida dificilmente representa conceitos fundamentalmente novos ou revolucionários. Uma análise cuidada da doutrina da Batalha Aeroterrestre, revela-nos que esta assenta nos princípios de ataque aos escalões recuados do inimigo, obtenção da iniciativa, de manobra para uma posição de vantagem e do uso simultâneo de uma panóplia de sistemas de armas para levar a cabo uma contraofensiva que seria rápida, imprevisível, violenta e que desorientasse o inimigo. Foi esta a essência da estratégia da Operação *Desert Storm* que se adaptou na perfeição a um inimigo com um exército mecanizado do estilo soviético a operar nos desertos do Médio Oriente (Boot Cit. por Shimko, 2010, p. 85). Também Biddle (2004, p. 140) menciona que “a batalha em profundidade na operação *Desert Storm* (...) representou a mais extensa implementação do sistema moderno de combate do Século XX”. De facto, a manobra terrestre aliada empregou a penetração e a exploração do sucesso de forma tradicional. Veja-se o ataque frontal da 1ª Divisão de Infantaria americana que penetrou no dispositivo iraquiano e alargou a brecha, permitindo assim a exploração do sucesso pela 1ª Divisão Blindada britânica (Biddle, 2004, p. 139). O combate em profundidade foi essencial na manobra aliada, através do ataque simultâneo a postos de comando, centros de comunicação, vias de

comunicação e reservas, a fim de paralisar o comando iraquiano e a sua capacidade de reação (Biddle, 2004, p. 140). Ao nível tático, as forças utilizaram extensivamente a cobertura, a dissimulação, a dispersão, a manobra independente de pequenas unidades, a supressão e a integração de armas combinadas. Disso é exemplo a manobra da 1ª Divisão, em que o esforço na abertura da brecha nas defesas iraquianas foi levado a cabo por forças de engenharia, apoiadas por blindados e infantaria, sob o apoio massivo de artilharia e meios aéreos no apoio aéreo próximo (Biddle, 2004, p. 140).

As operações aéreas que decorreram nas semanas que antecederam a invasão terrestre representam, por si só, e para alguns autores, uma revolução na forma de fazer a guerra. Tal argumento é discutível e pode ser refutado. Senão vejamos: Shimko (2010, p. 88), citando Keaney e Cohen, menciona que “a maioria dos sistemas e conceitos operacionais no cerne da campanha aérea tinham precedentes históricos. Como exemplo, as munições de precisão já tinham sido utilizadas no Vietnã, quase duas décadas antes, e, salvo raras exceções, os planeadores da operação *Desert Storm* utilizaram as mesmas categorias de alvos de operações anteriores no planeamento das operações aéreas”. E aos que defendem que os bombardeamentos de precisão obtiveram, por si só, a maioria dos resultados decisivos do conflito, Shimko (Shimko, 2010, p. 82) relembra que apenas dez por cento das munições utilizadas na guerra do golfo eram guiadas. Por fim, aos que asseveram que o poder aéreo foi o elemento decisivo na guerra do golfo, é preciso lembrar que “após 38 dias de incessantes ataques, com a resultante destruição significativa do aparelho militar iraquiano e das suas infraestruturas, os objetivos da campanha não tinham sido atingidos. As forças iraquianas ainda se encontravam no Kuwait, apesar da maior, mais intensa e tecnológica campanha aérea da história. O poder aéreo não se tinha mostrado decisivo para atingir o estado final militar do conflito, tornando necessário o emprego de outros instrumentos militares” (Jarkowsky, 2002, p. 11).

Acresce o facto de, apesar das forças iraquianas terem empregado o sistema de combate moderno ao nível operacional de forma relativamente correta, terem por outro lado demonstrado uma completa inépcia na sua aplicação ao nível tático. No nível operacional, o dispositivo iraquiano revelou uma profundidade adequada, com uma grande parte das suas forças em reserva, conferindo-lhe flexibilidade. Porém, no nível tático, os iraquianos não empregaram a dissimulação, a cobertura, a manobra independente de pequenas unidades nem aplicaram o conceito de armas combinadas tal como previsto no sistema de combate moderno, ficando extremamente expostos e vulneráveis à observação e aos fogos das forças americanas (Biddle, 2004, pp. 136-137). Tal facto contribuiu

decisivamente para a elevada eficácia das mesmas, levantando a dúvida que ainda hoje perdura: a sua vitória ficou a dever-se, nos moldes em que se verificou, à aplicação dos fundamentos da RAM ou à não utilização dos fundamentos do sistema de combate moderno por parte das forças iraquianas?

Assim, enquanto nos parece indiscutível que os elementos associados à RAM contribuíram decisivamente para o aumento da eficiência dos instrumentos militares terrestre e aéreo, não se verificou qualquer revolução na forma de fazer a guerra durante a operação *Desert Storm*. O sistema de combate moderno tal como o conhecemos, consolidado desde o último quartel do século XX, manteve-se a base da atuação militar, evoluindo com a introdução de extraordinários elementos tecnológicos, demonstrando uma linha de continuidade e não uma revolução de conceitos. Não se verificam assim as premissas do terceiro passo do modelo de análise proposto.

(2) Primeira Guerra da Chechénia (1994-1996)

A Rússia possuía já no início da década de noventa do século XX a tecnologia militar necessária para aplicar os fundamentos da RAM tal como vista pela sua principal corrente. Não obstante, o estado de degradação das suas Forças Armadas, resultante da desintegração da União Soviética, impediu a aplicação de tais tecnologias à generalidade das unidades russas.

Em Setembro de 1996, o General Rodionov, então Ministro da Defesa, declarou que apenas cerca de trinta por cento dos sistemas de armas do Exército eram de última geração, e que os restantes estavam praticamente obsoletos (Lieven, 1998, p. 278). Exemplo paradigmático do estado do equipamento russo é o facto das forças chechenas conseguirem, com os seus radiotelefonos, uma eficiência nas comunicações muito maior que os russos com os seus sistemas de comunicações militares (Lieven, 1998, p. 278). A Guerra da Chechénia testemunhou o emprego de forças terrestres russas maioritariamente formadas por conscritos com um grau de treino muito deficiente (Smith, 2001, p. 143), apoiadas por uma componente aérea em que os pilotos possuíam apenas uma média de 25 horas de voo por ano, quase um décimo do preconizado pelos padrões da NATO para a época (Lieven, 1998, p. 279). Smith (2001, p. 152) fala mesmo em 19 horas de voo anuais, confirmando o nível deplorável de treino da generalidade dos pilotos da Força Aérea Russa. Deste facto, agravado pela falta de munições de precisão, resultaram elevados danos colaterais e baixas entre civis e militares russos (Lieven, 1998, p. 279). O facto de

Dudaiev, o líder checheno, ter sido morto por um ataque aéreo através de um míssil guiado pelo sinal emitido pelo seu telemóvel (Stone, 2006, p. 245) – o que demonstra uma capacidade tecnológica russa avançada –, não invalida que a maioria das forças russas estivessem equipadas com materiais e equipamentos obsoletos e em elevado estado de degradação.

Se tecnologicamente as forças russas apresentavam atrasos não compatíveis com as características de forças típicas da RAM, também no campo motivacional a situação se apresentava preocupante. Os oficiais provenientes das forças anteriormente estacionadas na Europa de Leste viviam em tendas, vagões ferroviários ou navios, os soldados a prestar serviço militar recebiam cinco dólares por mês e eram verdadeiros escravos de trabalho, empregues na construção de estradas e nas colheitas na agricultura. Muitos pediam nas ruas ou vendiam o seu armamento para poderem comprar comida e adoeciam por falta de agasalhos, entrando em hipotermia (Smith, 2001, p. 148). As tropas regulares viviam as mesmas dificuldades. Um salário de um capitão era cerca de 700 dólares, e o pagamento atrasava-se vários meses. A venda de combustível das viaturas militares e de outro equipamento ou armamento era prática comum entre os militares, de forma a compensar os baixos salários e atrasos no pagamento (Smith, 2001, p. 186). Mesmo as supostas unidades de elite, como a Divisão Kantemir, viviam abaixo do limite mínimo de eficiência. Os soldados desta Divisão, em 1996, passavam os dias a trabalhar nos campos em redor de Moscovo para garantir a sua sobrevivência (Lieven, 1998, p. 271).

Por fim, a grande maioria dos oficiais russos tinha (e ainda hoje se verifica) uma aversão natural ao conceito de uma força de menor dimensão, profissional, muito distante do seu referencial cultural, que permita a implementação dos princípios da atual RAM. Para eles, um exército eficiente era um exército de massas, de conscrição universal, com uma reserva numerosa, com ênfase na massa e no poder de fogo (Facon, 2005, pp. 2-3).

Assim, concluímos que na primeira guerra da Chechénia, não se verifica a presença transversal nas forças russas de avançados sistemas de vigilância (terrestres, aéreos e espaciais), sistemas C3I digitais e de armas de precisão (aéreas e terrestres), considerados fundamentais para a aplicação dos conceitos operacionais da RAM. Mesmo nos raros casos em que tais tecnologias existiam, o nível de treino e a motivação das tropas, assim como os conceitos de emprego das mesmas, não permitiam a aplicação dos princípios operacionais da RAM. Concluímos, assim, que a primeira guerra da Chechénia não cumpre os requisitos do segundo passo do modelo de análise, pelo que não será analisada no derradeiro passo do mesmo.

(3) Guerra do Kosovo (1999)

Pese embora o facto da delimitação do trabalho aos conflitos centrados no ambiente terrestre, a Guerra do Kosovo merece uma breve análise focada nos problemas que a aplicação isolada de capacidades típicas da RAM (especificamente, avançados sistemas de vigilância aéreos e espaciais, sistemas C3I digitais e armas de precisão) apresenta.

A NATO, na sua campanha de 78 dias contra as forças sérvias no Kosovo, deparou-se com problemas no que respeita à supressão das defesas aéreas sérvias, na localização, identificação e ataque a forças escondidas ou dissimuladas no terreno e no que respeita a baixas acidentais entre civis (Lambeth, 2001). Embora a orografia do Kosovo, assim como as condições meteorológicas, tenham representado obstáculos consideráveis à aplicação do poder aéreo, a falta de ameaça terrestre constituiu-se como o fator determinante para as dificuldades aliadas no que respeita à deteção e destruição de forças sérvias. Não existindo uma ameaça que forçasse as forças sérvias a deslocarem-se para enfrentar a mesma, os comandantes sérvios puderam esconder e dissimular grande parte das suas forças, incluindo forças blindadas e mecanizadas, adotando como modalidade de ação mais usual a utilização de pequenos grupos armados para flagelarem ou aterrorizarem as populações kosovares albanesas, tornando difícil o ataque eficaz dos aviões da NATO (Lambeth, 2001). Tal facto, agravado pela sempre presente ameaça das armas de defesa aérea, nomeadamente sistemas *manpad*, difíceis de detetar e eliminar – que obrigou os aviões a voarem a altitudes superiores que lhes permitissem condições de segurança – levaram a erros de identificação de alvos que resultaram em danos colaterais entre civis, contribuindo assim para deteriorar a imagem da Aliança na comunidade internacional. O facto de se terem utilizado tecnologias de última geração, incluindo caças F-117 e bombardeiros B-2, dotados dos mais avançados sistemas de controlo de tiro e munições de elevada precisão, evidenciou uma evolução extraordinária em relação aos sistemas utilizados na segunda metade do século XX, mas não tornou irrelevante a necessidade de conjugação com uma ação terrestre que forçasse as forças sérvias a manobrem e a exporem-se, permitindo uma maior eficiência dos meios aéreos.

Como disse Lambeth (2001, p. XXIII), “embora a missão *Allied Force* tenha confirmado que forças terrestres já não necessitam de ser inexoravelmente empregues no combate desde cedo no conflito, confirmou igualmente que o poder aéreo, em muitos casos, não pode operar com o seu máximo potencial sem a presença de uma componente terrestre credível...”.

(4) Segunda Guerra da Chechênia (1999-2003)

As Forças Armadas Russas aprenderam com os erros cometidos na 1ª guerra da Chechênia e introduziram alterações na sua organização, no equipamento, no armamento e no *modus operandi* durante o novo conflito de 1999. Não obstante, os principais problemas apontados durante a guerra de 1994-96 voltaram a sentir-se, embora de forma mais ligeira.

A coordenação das forças melhorou substancialmente devido à utilização de um sistema único de comando e controlo, o que permitiu uma melhor sincronização das operações terrestres e aéreas, não obstante esta integração ter sofrido com a falta de compatibilidade entre alguns sistemas de comunicação; mais unidades foram equipadas com sistemas de comunicação modernos, aumentando igualmente o nível de treino neste âmbito; foram incluídas unidades de guerra eletrónica em forças conjuntas, mas os equipamentos eram escassos limitando os resultados desta inovação; a utilização de UAS mostrou-se útil na vigilância e reconhecimento. Não obstante estas melhorias no âmbito dos equipamentos e do comando e controlo, as forças russas continuaram a sofrer de males maiores, que limitavam grandemente a adoção dos princípios preconizados pela RAM: muitas das unidades eram constituídas por tropas inexperientes, talvez com pouco mais de três meses de treino militar e a falta de armamento de precisão mantinha-se, sendo prova disso as bombas de queda livre e foguetes que continuaram a ser a regra no que respeita ao armamento aéreo (Oliker, 2001, pp. 51-59). De forma a minimizar as elevadas baixas russas verificadas na primeira guerra, os comandantes privilegiaram o poder de fogo de forma a neutralizar resistências antes do avanço das tropas o que, devido à falta de armamento de precisão, resultou em danos colaterais tremendos, com um elevado grau de destruição de infraestruturas e baixas civis. A utilização massiva da artilharia para destruir pontos-fortes inimigos e a utilização de armas termobáricas em áreas edificadas resultou na destruição de Grozny, já bastante danificada na guerra de 1994-96 (Stone, 2006, p. 246). De facto, Oliker (2001, p. 42) menciona que “os bombardeamentos da artilharia russa em Grozny parecem-se mais com o uso da artilharia russa nas campanhas da 2ª Guerra Mundial do que com uma guerra aérea da NATO”.

Assim, embora tenhamos assistido a evoluções características do preconizado pela RAM, não se pode ainda falar da adoção dos princípios de atuação e outras características da mesma já que estas evoluções estiveram longe de ser transversais a todas as forças russas e os conceitos de emprego das mesmas mantiveram-se muito longe da essência de um conflito típico da RAM. Adamsky (2010, p. 37) diz que “a execução operacional das

ideias da revolução técnico militar e a introdução massiva de armamento típico desta revolução estava muito além da capacidade política, económica e cultural do país”. Tal como o Marechal Ogarkov previu, as limitações na disponibilidade de novos armamentos e tecnologias militares, levariam à preservação dos métodos até então vigentes, sem mudanças revolucionárias na estrutura de forças e nos conceitos operacionais (Adamsky, 2010, p. 38).

Assim, tal como na primeira Guerra da Chechénia, concluímos que na segunda guerra não se verifica a presença generalizada de avançados sistemas de vigilância (terrestres, aéreos e espaciais), sistemas C3I digitais e de armas de precisão (aéreas e terrestres), tal como previsto no modelo de análise, nem tão pouco os conceitos operacionais estão em linha com o preconizado neste tipo de conflito. Portanto, este conflito não será analisado à luz dos critérios do terceiro passo do modelo de análise.

(5) Intifada de Al Aqsa (2000-2003)

As Forças de Defesa de Israel estão entre as tecnologicamente mais avançadas no mundo. Esta capacidade tecnológica tem sido uma das principais razões para o sucesso alcançado nos diversos conflitos em que Israel se viu envolvido. Ao longo da sua história, Israel tem adotado inovadores conceitos operacionais, sendo que os princípios e características da RAM não lhe são alheios.

Durante os conflitos da década de 1990, Israel empregou muitos dos elementos da RAM, incluindo munições de precisão e sistemas de vigilância e reconhecimento avançados, incluindo o uso intensivo de UAS (Maoz, 2004, p. 3). Tais elementos continuaram a ser utilizados na Intifada de Al Aqsa por Israel, em paralelo com uma extensa utilização de Operações de Informação, de forma a influenciar a capacidade de comando e controlo das organizações inimigas e a perceção dos públicos-alvo (comunidade internacional, população israelita e palestina), e com a integração de armas combinadas aos mais baixos escalões. Os milhares de manifestações e tumultos, greves, episódios de desobediência civil, assassinatos e ataques que constituíram a Intifada de Al Aqsa, sustentada por uma sublevação popular generalizada, sem comando ou direção central, mostrou-se um grande desafio para as forças de Israel (Goodspeed, 2002, p. 138). De todas as características da RAM elencadas no 2º passo do modelo de análise, apenas as operações conjuntas simultâneas e de elevado ritmo não se verificam de forma linear durante a Intifada de Al Aqsa devido ao carácter irregular e às características do conflito.

As forças israelitas obtiveram grande sucesso nos combates com grupos de insurgentes; quando os alvos se apresentavam claramente, o emprego de munições de precisão revelou-se extremamente eficiente (Maoz, 2004, p. 16). Não obstante, "...as forças de guerrilha na Palestina (Fatah, Hamas e Jihad Islâmica) adaptaram táticas de guerrilha bem conhecidas para contrariar a máquina de guerra israelita. A utilização da técnica do golpe de mão contra símbolos do Estado e linhas logísticas de reabastecimento foi favorecida pela organização pesada e posicionamento estático das forças de segurança de Israel, que se traduziam em grande número de alvos para ataque" (Maoz, 2004, p. 15).

Verificando-se a presença de parte das características da RAM no conflito, tal como previsto no 2º passo do modelo de análise, resta confirmar se a aplicação destes elementos tornou irrelevantes as características chave do sistema moderno de combate, aplicando o 3º passo do modelo de análise. O caráter irregular deste conflito, caracterizado especificamente pela elevada descentralização das ações do adversário devido à falta de um comando unificado, permitiu que as superiores tecnologias da RAM fossem contrariadas pela dispersão dos insurgentes, pela sua mistura com a população local e pela natureza esporádica e imprevisível dos seus ataques. De igual modo, o emprego de primitivos sistemas de armas e explosivos tornou os insurgentes relativamente difíceis de detetar e destruir (Maoz, 2004, pp. 15-16). Se os elementos chave do sistema de combate moderno ao nível operacional não se verificam linearmente, devido ao caráter irregular do conflito, já os táticos (cobertura, dissimulação, dispersão, manobra independente de pequenas unidades, supressão e integração de armas combinadas) estiveram sempre presentes no conflito e constituíram mesmo o cerne da atuação israelita. A sua metodologia de emprego de pequenas unidades de infantaria, altamente treinadas e especializadas, com apoio próximo de viaturas blindadas e meios aéreos, constitui os fundamentos do sistema de combate moderno tal como o conhecemos desde o último quartel do século XX. Os elementos da RAM vieram assim complementar os princípios táticos utilizados desde a génese do sistema moderno de combate, e não torná-los irrelevantes, aumentando sobremaneira a eficiência das forças.

(6) Invasão do Afeganistão (2001)

A Operação *Enduring Freedom* (OEF) iniciou-se no dia 7 de outubro e demorou pouco mais de dois meses a atingir os objetivos iniciais da mesma. Ao contrário do conflito de 1991, os Estados Unidos não utilizaram forças convencionais numa invasão terrestre de

grandes dimensões. O modelo afegão, como é conhecido, passou pela utilização do poder aéreo em apoio das forças locais da Aliança do Norte, coordenado com a atuação de unidades de operações especiais e elementos da CIA em apoio às operações aéreas e terrestres das forças locais.

Se a obtenção de superioridade aérea se revelou fácil, dado o estado obsoleto da aviação e das defesas antiaéreas do regime Taliban, já os ataques aos alvos terrestres, nomeadamente centros de comando e controlo e forças Taliban e da Al-Qaeda, revelaram-se muito aquém do esperado; a demora da chegada das forças de operações especiais ao terreno resultava em grande parte na ineficiência dos ataques aéreos, já que sem a designação dos alvos por parte das forças no terreno as munições de precisão eram pouco eficazes. A chegada de maior número de forças de operações especiais no mês de novembro foi o ponto de viragem da operação, já que permitiu a aplicação cirúrgica do poder aéreo em grande escala através do guiamento no terreno por parte destas forças. A combinação das operações da Aliança do Norte com os ataques aéreos, guiados pelas forças de operações especiais no terreno, rapidamente levou à capitulação dos Taliban. No final da primeira semana de dezembro, os Taliban deixaram Kandahar. Dois meses depois do início da OEF perderam o controlo do Afeganistão (Shimko, 2010, pp. 136-137). “No espaço de dois meses, 316 elementos de operações especiais e 110 agentes paramilitares da CIA, operando em conjunto com os insurgentes locais¹¹ e com um apoio aéreo massivo, derrubaram o regime Taliban e negaram à Al-Qaeda a utilização do país como santuário” (Mahnken Cit. por Shimko, 2010, p. 138).

Aplicando o modelo de análise, facilmente se identificam os elementos da RAM na OEF. As forças no terreno beneficiaram de tecnologias que providenciaram uma “imagem em tempo real do campo de batalha e a capacidade de transmitir a informação do sensor ao apontador¹² quase instantaneamente” (Kagan Cit. por Shimko, 2010, p. 139). O emprego de munições de precisão subiu de cerca de nove por cento na Guerra do Golfo para quase 60 por cento na OEF (Mahnken Cit. por Shimko, 2010, p. 139), tendo a capacidade das forças de operações especiais para designar alvos por laser ou transmitir coordenadas por GPS aos aviões contribuído para o sucesso do modelo afegão. Por fim, para os defensores da RAM, o aspeto mais marcante foi o nível de organização conjunta na coordenação das unidades de operações especiais e do poder aéreo. Isso foi um dos indicadores, apesar de se

¹¹ Forças da Aliança do Norte.

¹² *Shooter*, no original.

verificar em pequena escala, do tipo de mudança organizacional supostamente necessária para atingir uma RAM genuína (Shimko, 2010, p. 140).

O modelo afegão aparece assim para os defensores da RAM como a aplicação moderna da mesma. Analisado do ponto de vista do emprego do instrumento militar por parte dos aliados, admitimos que estamos perante um conceito inovador e em linha com o preconizado pelos defensores da RAM, em que integração de um pequeno número de tropas altamente treinadas com o poder aéreo, tirando partido da tremenda evolução tecnológica do armamento e dos sistemas de comunicação digitais, permitiu derrotar o regime afegão. Mas a realidade demonstra que as forças aliadas não atuaram isoladas mas em apoio das operações da Aliança do Norte, e que estas se revelaram, na sua essência, tradicionais operações militares contra as forças dos Taliban e da Al-Qaeda. Não estivessem tais forças disponíveis, não seria certamente o punhado de forças especiais apoiadas pelo poder aéreo que forçaria a queda do regime afegão. O facto de se aplicarem elementos da RAM que asseguraram a coordenação das operações aéreas e terrestres não representa em si uma inovação. Tal coordenação constitui-se como um dos fundamentos técnicos do sistema de combate moderno; o facto de se realizar de forma extremamente eficiente pela utilização de tecnologias de última geração não constitui por si só uma revolução na forma de fazer a guerra. Ao aplicarmos o terceiro passo do modelo de análise tendo em conta a realidade das operações no terreno, incluindo a campanha da Aliança do Norte, chegamos à conclusão que os fundamentos do combate terrestre não foram tornados irrelevantes pela aplicação dos elementos preconizados pela RAM, tendo contudo a sua eficiência evoluído drasticamente.

(7) Invasão do Iraque (2003)

A invasão do Iraque iniciou-se a 20 de março de 2003, com a Operação *Iraqui Freedom* (OIF), e durou até ao final do mês de abril, quando, depois de Bagdade, a cidade de Tikrit foi tomada pelas forças da Coligação.

A visão do Secretário de Estado Donald Rumsfeld para a invasão do Iraque refletia grande parte dos elementos da RAM: a rápida projeção de uma força de pequena dimensão que explorasse as vantagens americanas das informações, da velocidade, da precisão e do poder aéreo para provocar rapidamente o colapso do regime de Saddam Hussein com um mínimo de baixas americanas e danos colaterais (Shimko, 2010, p. 144). Os dois principais elementos do plano, velocidade e simultaneidade, derivam diretamente dos princípios da

RAM (Shimko, 2010, p. 147). O plano consistiu em atacar rapidamente com duas divisões na direção de Bagdade (uma em cada margem do rio Eufrates) e uma terceira para capturar Basra, projetando ainda forças de operações especiais para o norte do país para estabelecer ligação com os rebeldes Curdos e operarem conjuntamente com estes, apoiados pelo poder aéreo aliado, para fixar forças iraquianas a norte (Shimko, 2010, pp. 150-151). Uma manobra operacional perfeitamente convencional pelos padrões do sistema de combate moderno, com muitos exemplos históricos semelhantes, dos quais se destacam as operações aliadas em 1944 na Europa.

O resultado dos combates surpreendeu mesmo os mais otimistas: em pouco mais de três semanas, Bagdade estava nas mãos dos americanos e o regime iraquiano tinha caído. A resistência iraquiana tinha-se revelado extremamente reduzida; a Guarda Republicana, da qual se esperava uma feroz resistência em Bagdade, rapidamente se desmantelou, e os *Fedayeen*, milícia irregular criada por um dos filhos de Saddam Hussein, embora aguerridos, demonstraram-se tática e tecnicamente incompetentes contra o exército mais evoluído do mundo.

Na invasão do Iraque assistimos à evolução e à consolidação dos elementos da RAM. No campo técnico, os sistemas de armas terrestres e aéreos integravam capacidades de observação de última geração, permitindo-lhes operar em quaisquer condições meteorológicas, os sistemas de navegação permitiam um rápido e eficaz movimento das forças, o sistema de comando e controlo *Blue Force Tracking System* foi utilizado pela primeira vez de forma massiva nos meios terrestres, permitindo a cada unidade “ver” digitalmente todas as outras, melhorando radicalmente a compreensão situacional e os avançados sistemas de C3I e IVR reduziram consideravelmente o tempo entre deteção e ataque a um alvo (de três dias, na Guerra do Golfo, para 40 minutos). Operacionalmente, a manobra simultânea das unidades aliadas, com um elevado ritmo de progressão, potenciada por uma integração dos vários ramos até então nunca verificada¹³ e somente possível devido aos esforços realizados em termos de interoperabilidade das forças, traduz na perfeição os princípios da RAM (Shimko, 2010, pp. 154-167). Mesmo os inúmeros relatos de deficiências no âmbito dos sistemas de C3I e IVR ao nível tático, que deixaram muitas das unidades praticamente sem acesso a informação útil durante vários dias, não são

¹³ Nesse capítulo sobressai a diferença entre a OIF e a Guerra do Golfo no que respeita à campanha aérea, que durou várias semanas na segunda e que foi inexistente na primeira, começando as operações aéreas apenas no segundo dia da invasão. O grau de integração foi extremamente elevado, comparado com o da Guerra do Golfo, em que grande parte das operações aéreas foram levadas a cabo de forma independente da manobra terrestre.

suficientes para negar que os conceitos preconizados pelos defensores da RAM foram empregados, na invasão do Iraque, de forma nunca antes vista.

Por outro lado, segundo Lewis (2007, p. 434), “os *Marines* atribuíram o sucesso da campanha à aplicação da doutrina da manobra, baseada no comando descentralizado, na intenção do comandante e nas ordens tipo missão, tendo o Exército invocado razões semelhantes, (...) e não ao conceito apresentado por Rumsfeld para a operação. As principais razões para o reduzido número de baixas e para o sucesso da campanha convencional não estão ligadas às ações americanas mas às dimensões sociais, políticas, militares e culturais do Iraque. A América e a Grã-Bretanha combateram um estado, um indivíduo e o seu exército particular, não uma nação. Como consequência, o povo iraquiano, e grande parte do Exército Iraquiano, não ofereceu qualquer resistência”. Ficaremos sem saber, caso isso não tivesse acontecido, se o resultado da guerra teria sido o mesmo ou se, pelo menos, a sua duração e as baixas aliadas teriam sido as que se verificaram.

Mais uma vez, a questão coloca-se do seguinte modo: a aplicação dos conceitos da preconizada RAM tornou irrelevantes os fundamentos do sistema de combate moderno ou – permitam-nos divergir um pouco do modelo de análise proposto – quaisquer outros fundamentos técnicos ou táticos até então presentes na forma de fazer a guerra? É inegável que o grau de integração dos instrumentos aéreo e terrestre atingiu níveis nunca antes vistos e que as capacidades tecnológicas ao dispor das forças americanas lhes conferiram uma eficiência excepcional no campo da letalidade, da velocidade e das informações, contribuindo diretamente para os resultados alcançados. Houve, sem dúvida, uma evolução sem precedentes dessas capacidades, que se traduz numa eficiência exponencialmente maior que a alcançada em conflitos anteriores. Mas os fundamentos do combate moderno continuaram presentes e sólidos no campo de batalha do Iraque de 2003. A penetração e exploração do sucesso até Bagdade, o ataque de objetivo limitado a Basra e o combate em profundidade através das forças de operações especiais apoiadas pelo poder aéreo na retaguarda do inimigo são a prova de que se evoluiu mas não se revolucionou a forma de fazer a guerra. Um olhar atento à 2ª Guerra Mundial revela exemplos paradigmáticos de operações de elevado ritmo, com emprego conjunto de meios e segundo conceitos operacionais idênticos. Veja-se o ataque alemão à Holanda, em Maio de 1940, com a penetração do dispositivo holandês em três pontos pelo Grupo de Exércitos B e consequente exploração do sucesso apoiado pela *Luftwaffe*, em simultâneo com a projeção da 22ª Divisão Aerotransportada na retaguarda do seu dispositivo de defesa, enquanto a

força aérea holandesa era praticamente destruída no solo pela alemã (Keegan, 1990, pp. 65,75). As forças alemãs não tinham uma verdadeira doutrina conjunta, não possuíam sistemas de comando e controlo digitais nem sistemas de IVR avançados. Mas tal não os impediu de empregar os conceitos operacionais em tudo semelhantes aos empregados no Iraque em 2003. A evolução tecnológica desde então foi tremenda, mas a existência de uma revolução militar que torne os fundamentos do combate moderno irrelevantes e que altere o caráter da guerra não se confirma mais uma vez.

(8) Guerra do Afeganistão (2001-presente) e Guerra do Iraque (2003-2011)

Contrastando com os sucessos das invasões do Afeganistão e do Iraque, os conflitos que se seguiram nesses territórios arrastaram-se durante anos e, no caso do Afeganistão, ainda decorrem, sem que a situação esteja estabilizada. Escolheu-se abordar estes dois conflitos em conjunto porquanto a sua análise do ponto de vista da aplicação do instrumento militar seja muito semelhante, independentemente dos passados históricos distintos que lhes são subjacentes.

Após o sucesso das campanhas iniciais, que resultaram na queda dos regimes Taliban, no Afeganistão, e de Saddam Hussein, no Iraque, os aliados iniciaram a estabilização do país. Se bem que segundo modelos administrativos diferentes, a aplicação do instrumento militar fez-se de forma semelhante, já que a ameaça revelou um padrão uniforme em ambos os territórios: uma guerra de subversão com vista à descredibilização e remoção do poder das autoridades e da legitimidade das forças estrangeiras consideradas ocupantes aos olhos dos movimentos subversivos.

A atuação destes movimentos caracteriza-se por ações irregulares contra as forças militares estrangeiras e do governo local (emboscadas, golpes de mão, flagelações, ataques complexos), executadas por indivíduos isolados ou por pequenos grupos (efetivo até pelotão) e ações terroristas contra os mesmos e contra a população, normalmente através de bombas improvisadas com vários vetores de utilização (normalmente em viaturas ou através de elementos suicidas). Os movimentos subversivos organizam-se, normalmente, em rede, dificultando a atuação contra a sua estrutura, já que diferentes grupos gozam de uma independência e liberdade de ação relativamente grandes que diminuem o impacto organizacional da sua eventual eliminação. Deparadas com um inimigo tecnologicamente evoluído, com um elevado grau de mobilidade e letalidade, as forças subversivas “optaram

por métodos primitivos de combate que colocaram entraves significativos na doutrina e vontade dos atores estatais e limitaram a eficiência e a relevância de muitas das inovações tecnológicas das duas últimas décadas” (Maoz, 2004, p. 18). Segundo Maoz (2004, p. 15), as forças subversivas adaptaram táticas de guerrilha bem conhecidas e utilizadas noutros conflitos, atacando os símbolos do poder da administração vigente e as linhas de comunicações e posições estáticas das forças aliadas no terreno.

Os contingentes aliados no Afeganistão e no Iraque tiveram de se adaptar rapidamente a um novo tipo de conflito, em que deixaram de ter um inimigo bem identificado, sobre o qual pudessem aplicar a sua superioridade tecnológica, passando a lidar com uma nova tipologia de atuação difusa, assimétrica, imprevisível, com impacto profundo no ambiente de segurança e no moral das tropas. As manobras conjuntas de grande ímpeto e velocidade na profundidade do dispositivo inimigo deram lugar a patrulhamentos, golpes de mão, operações de cerco e busca, segurança de pontos sensíveis, ao combate em áreas edificadas, sempre no meio da população, o que determinava regras de empenhamento restritivas devido à possibilidade de danos colaterais e dificultava a identificação dos elementos subversivos. Segundo Maoz (2004, pp. 15-16), “a ideologia fundamental subjacente à guerra subversiva baseia-se na noção de que o conflito entre atores não estatais e estatais é uma batalha de vontades, resolução e determinação, e não um duelo de capacidades. A superioridade quantitativa e tecnológica dos atores estatais tem de ser superada pela capacidade dos elementos subversivos de infligir baixas que diminuam o moral das tropas e o apoio social da população às ações militares do Estado. As superioridades tecnológicas da RAM são combatidas através da dispersão dos elementos subversivos, da sua mistura com a população local e pela natureza esporádica e imprevisível dos seus ataques. O emprego de sistemas de armas primitivos e explosivos torna os elementos subversivos relativamente difíceis de detetar e de destruir”.

As forças da coligação, em ambos os teatros, têm tido relativo sucesso no emprego de tecnologias típicas da RAM nos combates com forças subversivas. Quando é possível detetar e seguir alvos, o emprego de munições de precisão tem-se revelado eficaz na sua destruição. Mas esta utilização fica muito aquém da sua utilização convencional, em que uma coluna de viaturas blindadas era facilmente detetada por sistemas JSTARS e UAS e atacada com armas de precisão pouco tempo depois. Um grupo de elementos subversivos a montar uma emboscada numa cidade densamente povoada não será provavelmente detetado até que se dê o primeiro disparo (Shimko, 2010, p. 170).

Parece assim que os fundamentos da RAM estiveram e estão, respetivamente, apenas marginalmente presentes nas guerras do Iraque e do Afeganistão, já que embora o emprego da tecnologia de última geração se verifique, os conceitos operacionais são fundamentalmente diferentes dos preconizados pela RAM. Segundo Shimko (2010, p. 203), a razão pela qual os americanos não o compreenderam mais cedo, prende-se com o facto de que a transformação das suas forças armadas com base na visão preconizada pelos defensores da RAM os deixou mal preparados para os desafios de um conflito irregular como os da estabilização do Afeganistão e do Iraque. Mantendo-se focados na tecnologia, não conceberam a possibilidade de combaterem noutros conflitos em que guiar munições de precisão a longas distâncias não seria o principal meio de atuação, encontrando-se assim mal preparados para uma guerra que não fosse de alta intensidade entre estados. Neste âmbito, Shimko (2010, p. 210) conclui que dada a natureza das tarefas associadas à contra subversão, a tecnologia pode ser mais um facilitador do que um multiplicador do potencial de combate. As tecnologias associadas à RAM não mudam o facto de “quanto está em jogo a reorganização ou a reconstrução das instituições políticas, económicas e sociais, não existe substituto para o ser humano em grandes números” (Kagan Cit. por Shimko, 2010, p. 210).

b. Síntese analítica

Aplicado o modelo de análise ao conjunto de conflitos determinado pelos critérios do projeto CoW para o período delimitado, cumpre agora rever a análise realizada. Assim, de acordo com o resumo constante da Tabela 2 – Aplicação do Modelo de Análise, dos 76 conflitos em análise, apenas nove cumprem os critérios do 1º passo; destes, apenas em seis se verificam as características da RAM, sendo que em três destes apenas parcialmente. Finalmente, nenhum dos seis conflitos que transitaram para o 3º passo do modelo de análise cumpriram os critérios definidos.

Tabela 2 – Aplicação do modelo de análise

Passo	Variáveis do Modelo	Entradas	Saídas
1	Tipologia do conflito	76 Conflitos	<p>9 Conflitos</p> <p>Guerra do Golfo (1990-1991) Primeira Guerra da Chechênia (1994-1996) Guerra do Kosovo (1999) Segunda Guerra da Chechênia (1999-2003) Intifada Al Aqsa (2000-2003) Invasão do Afeganistão (2001) Guerra do Afeganistão (2001-presente) Invasão do Iraque (2003) Guerra do Iraque (2003-2011)</p>
2	Características da RAM	9 Conflitos	<p>6 Conflitos</p> <p>Guerra do Golfo (1990-1991) Intifada Al Aqsa (2000-2003) - Parcial Invasão do Afeganistão (2001) Guerra do Afeganistão (2001-presente) Invasão do Iraque (2003) - Parcial Guerra do Iraque (2003-2011) - Parcial</p>
3	Elementos chave do sistema moderno de combate	6 Conflitos	<p>0 Conflitos</p> <p>Em nenhum dos conflitos analisados foram tornados irrelevantes os elementos chave do sistema moderno de combate.</p>

Conclusões

A conflitualidade contemporânea está em mutação. Como confirmámos ao longo deste estudo, as guerras são hoje iminentemente intraestatais, tendo os conflitos interestatais diminuído de frequência. Tal facto não é, contudo, de estranhar, já que a história nos revela um padrão cíclico em que a tipologia dos conflitos preponderante, tendo em conta os intervenientes, se vai alterando. De maior relevância são as mutações no carácter da guerra, pela sua relação com o instrumento militar e o impacto que têm no emprego do mesmo. Esse emprego tem evoluído ao longo dos tempos; e quando tal evolução se processa de forma tão radical que rompe com os fundamentos previamente em vigor, estamos perante uma RAM. O conceito de RAM não é facilmente determinado e, conseqüentemente, não gera consenso nas comunidades militar, política e académica, o que nos levou a iniciar este estudo pela determinação da sua principal corrente.

Verificamos que diferentes autores defendem diversas definições de RAM. Uns centram-nas mais na vertente tecnológica, enquanto outros preferem as implicações sociais das mesmas. Podemos, contudo, isolar algumas características comuns à maioria dos autores. Assim, identificamos como transversais às principais definições de RAM as seguintes características: introdução de novas tecnologias; adoção de novas organizações de forças; adoção de novos conceitos operacionais de emprego das forças; competências prévias na mesma área operacional tornadas irrelevantes e/ou introdução de novas competências. No que diz respeito à preconizada RAM atualmente em curso, existe consenso alargado quanto ao facto de a mesma ter por base as evoluções tecnológicas, nomeadamente na área das tecnologias da informação, sendo que estas permitiram não só a introdução de sofisticados equipamentos e armamentos, como acarretaram evoluções drásticas na organização das forças e nos conceitos operacionais. Assim, em resposta à Questão Derivada 1 (Qual a corrente teórica preponderante entre os teorizadores da RAM?), identificamos que a principal corrente teórica da RAM baseia-se na inovação tecnológica e no que esta acarreta, tendo como principais características a presença de avançados sistemas de vigilância (terrestres, aéreos e espaciais), sistemas C3I digitais, armas de precisão (aéreas e terrestres), operações conjuntas simultâneas e de elevado ritmo, extensa utilização de Operações de Informação e unidades de baixo escalão (Companhia) com integração de armas combinadas na sua constituição base, levando à irrelevância de conceitos operacionais e táticos do sistema moderno de combate.

De forma a estudar a presença da preconizada RAM nos atuais conflitos, tornou-se necessário analisar as características dos mesmos, identificando as preponderantes das

últimas duas décadas. Recorrendo à classificação como meio de sistematização do fenómeno guerra, e optando por adotar critérios que nos permitissem identificar características ligadas à natureza dos intervenientes, facilmente determinámos duas características transversais à grande maioria dos conflitos do período em estudo: o carácter interno dos mesmos e o baixo nível tecnológico presente. De facto, dos 76 conflitos em estudo, apenas nove envolvem atores tecnologicamente avançados e 61 são conflitos internos. Tais resultados foram determinados através da aplicação de dois espectros da guerra: o primeiro com base no critério da natureza dos intervenientes, tendo como base o estatuto de estado nação, classificando os conflitos como interestatais, extraestatais, intraestatais e não estatais; o segundo tendo em conta o grau tecnológico dos intervenientes, classificando os conflitos como tecnológicos, envolvendo atores com capacidade tecnológica militar avançada, e rudimentares. Esta análise permitiu-nos determinar, em resposta à Questão Derivada 2 (Quais as características da tipologia preponderante de disputas e conflitos contemporâneos?), que as disputas e conflitos contemporâneos são preponderantemente internos e envolvem atores com baixo índice tecnológico.

Ao aplicarmos o modelo de análise aos conflitos em estudo, desde logo verificamos que a grande maioria (88 por cento) envolve atores tecnologicamente pouco desenvolvidos, o que os impossibilita de empregar os fundamentos da RAM. Os restantes casos, num total de nove, dividem-se em três grupos distintos. Em primeiro lugar, os conflitos em que, embora os atores possuíssem nível tecnológico que lhes permitisse implementar os fundamentos da RAM, tal não se verificou. No caso das guerras na Chechénia, a Rússia, embora com acesso às mais desenvolvidas tecnologias militares, não as implementou de forma transversal nas suas forças armadas, por motivos económicos, organizacionais e culturais. A introdução de tais tecnologias verificou-se apenas pontualmente e não foi acompanhada das necessárias mudanças organizacionais e doutrinárias subjacentes à RAM. No caso da Guerra do Kosovo, embora se verifique a aplicação isolada de algumas características da RAM, foi notória a incapacidade do poder aéreo em atingir os objetivos sem a presença de uma força terrestre credível. Em segundo lugar, os conflitos em que se verificou a implementação parcial dos elementos da RAM, nomeadamente dos aspetos ligados à tecnologia: na Intifada de Al Aqsa e nas guerras do Iraque e Afeganistão verificou-se que as dificuldades em empegar o conceito da atual RAM prendem-se com a tipologia de conflito e com as suas características. A subversão e o carácter irregular e assimétrico dos combates que lhe são subjacentes mitiga as vantagens tecnológicas e operacionais

associadas à RAM e releva a importância dos fundamentos táticos do sistema de combate moderno. Não se põe em causa o aumento da eficiência associado à utilização de novas tecnologias, nomeadamente no âmbito da vigilância e reconhecimento, do comando e controlo e do armamento de precisão. A tipologia de atuação associada à RAM, essa sim, é de aplicabilidade limitada no âmbito da contrassubversão e da estabilização de um território, pelas razões elencadas no capítulo quatro. Como afirma Shimko (2010, p. 210), “enquanto a tecnologia pode revolucionar algumas formas do emprego do instrumento militar, noutras pode ter apenas um impacto significativo”. Por fim, em terceiro lugar, temos os conflitos em que se verificou a aplicação total dos fundamentos da RAM, mas em que, no final, não se verificou a obsolescência dos fundamentos operacionais e táticos do sistema de combate moderno. A Guerra do Golfo e as invasões do Iraque e do Afeganistão testemunharam a aplicação de novas e avançadas tecnologias, associadas a conceitos operacionais que privilegiavam as operações conjuntas, simultâneas e de elevado ritmo. Os resultados obtidos foram, sem dúvida, impressionantes. O grau de letalidade, a capacidade de obtenção, análise e difusão da informação a todos os escalões e o ritmo das operações, que na invasão do Iraque em 2003 atingiu valores nunca antes vistos em qualquer outro conflito, demonstraram o quão longe se chegou pela implementação dos fundamentos associados à RAM. Não obstante, e pela análise efetuada, chegamos à conclusão que os fundamentos operacionais e táticos do sistema de combate moderno, com a sua génese no período dos dois grandes conflitos mundiais do século passado, se mantêm presentes nos conflitos, continuando atuais e basilares na aplicação do instrumento militar aeroterrestre. Assim, em resposta à Questão Derivada 3 (Que elementos característicos da RAM estão presentes na tipologia de disputas e conflitos contemporâneos?), identificamos que os fundamentos tecnológicos da RAM estão presentes em apenas 12 por cento dos conflitos e disputas contemporâneos e que a aplicação integral do preconizado pela RAM apenas se verifica em quatro por cento das disputas e conflitos contemporâneos.

Respondidas as questões derivadas, estamos em condições de, em resposta à nossa Questão Central (De que forma as características da tipologia preponderante dos conflitos e disputas contemporâneos confirmam a existência de uma RAM?), confirmar a hipótese levantada, ou seja, as características predominantes da RAM estão marginalmente presentes na generalidade dos conflitos contemporâneos, não se constituindo como fatores fundamentais dos mesmos.

Lind (2007) afirma que *“The RMA reduces war to putting fires on targets. It promises to use new technology to make everything targetable. But this means it also*

promises to eliminate uncertainty, to make war transparent, to eliminate the quality that defines war, the independent hostile will of the enemy. In other words, it is bunk". Se por um lado concordamos ser um absurdo, como afirma Lind, a pretensão de que a aplicação dos fundamentos da RAM transforma a natureza da guerra, somos obrigados a reconhecer que tais fundamentos representam uma evolução extraordinária na forma de a conduzir, resultando em aumentos de eficiência sem precedentes em várias dimensões do instrumento militar. Contudo, o aspeto preponderante e fulcral na aplicação dos fundamentos da RAM é perceber que a evolução permitida pela introdução de novas tecnologias, conceitos operacionais e organizações, mesmo que drástica, pode ser decisiva em determinada tipologia de conflito, mas não em todas, tal como recentemente demonstrado no Iraque e no Afeganistão. Se abraçarmos a atual RAM como a panaceia para todos os conflitos contemporâneos, em vez de a encararmos como uma mera evolução da forma de conduzir determinados tipos de guerras, se bem que com enorme impacto na sua eficiência, isso resultará, inexoravelmente, em fracasso, e estaremos a passar ao lado de uma das mais extraordinárias evoluções dos assuntos militares da história.

Bibliografia

Adamsky, D., 2010. *The Culture of Military Innovation : The impact of cultural factors on the revolution in military affairs in Russia, the US, and Israel*. 1ª ed. Stanford: Stanford University Press.

Andrews, T. D., 1998. *Revolution and Evolution: Understanding dynamism in Military Affairs*, Washington: National Defense University.

Arquilla, J. & Ronfeldt, D., 1997. *In Athena's Camp*. 1ª ed. Washington: RAND Corporation.

Baev, P. K., 2004. The Trajectory of the Russian Military: Downsizing, Degeneration, and Defeat. In: S. E. Miller & V. D. Trenin, eds. *The Russian Military - Power and Policy*. Cambridge: American Academy of Arts and Sciences, pp. 43-72.

Barrento, A., 2010. *Da Estratégia*. 1ª ed. Parede: Tribuna da História.

Biddle, S., 2004. *Military Power*. 1ª ed. New Jersey: Princeton University Press.

Chapman, G., 2003. *An Introduction to the Revolution in Military Affairs*. Helsínquia, XV Amaldi Conference on Problems in Global Security.

Cìvcík, Z., 2004. *The Israeli Security Policy: Changes and Continuities*, s.l.: Middle East Technical University.

Clausewitz, C. V., 1997. *Da Guerra*. 2ª ed. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Cohen, E. A., 1996. A Revolution in Warfare. *Foreign Affairs*, Março/Abril, pp. 37-54.

Cooper, J. R., 1994. *Another view of the Revolution in Military Affairs*, s.l.: Strategic Studies Institute.

Couto, A. C., 1988. *Elementos de Estratégia - Volume I*. 1ª ed. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

Couto, A. C., 1989. *Elementos de Estratégia - Volume II*. 1ª ed. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

Dias, R. M., 2008. *Sobre a Guerra*. 1ª ed. Lisboa: Prefácio.

Echevarria, A. J., 2011. *Anticipating Contemporary War: How Well Did We Do?*. [Em linha]

Disponível em: <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdf/files/articles/Anticipating->

Contemporary-War-How-Well-Did-We-Do-2011-09-12-SSI-Article.pdf

[Acedido em 14 Novembro 2011].

EME, 1987. *RC 130-1 Operações, Vol 1*, Lisboa: EME.

Facon, I., 2005. *The Modernisation of the Russian Military: The Ambitions & Ambiguities of Vladimir Putin*. 1ª ed. Camberley: Defence Academy of the United Kingdom.

Goodspeed, M., 2002. *When reason fails : portraits of armies at war : America, Britain, Israel, and the future*. 1ª ed. Westport: Praeger Publishers.

Gray, C., 2004. *How has war changed since the end of cold war*, s.l.: U.S National Intelligence Council.

Gray, C. S., 2005a. *Another Bloody Century*. 1ª ed. London: Phoenix.

Gray, C. S., 2005b. *Strategy For Chaos*. London: Taylor & Francis e-Library.

Halpin, E., Trevorrow, P., Webb, D. & Wright, S., 2006. *Cyberwar, Netwar and the Revolution in Military Affairs*. 1ª ed. New York: Palgrave McMillan.

Hart, L., 1991. *Strategy*. 2ª ed. EUA: Meridian.

Hundley, R. O., 1999. *Past Revolutions, Future Transformations : What Can the History of Revolutions in Military Affairs Tell Us About Transforming the U.S. Military?*. 1ª ed. Washington: RAND.

Ibrügger, L., 1998. *The Revolution in Military Affairs*. [Em linha] Disponível em: <http://www.iwar.org.uk/rma/resources/nato/ar299stc-e.html> [Acedido em 11 Novembro 2011].

IESM, 2010. *ME-20-81-00 Operações*. 1ª ed. Pedrouços: IESM.

IESM, 2012. *Contributos do Poder Aeroespacial para o Combate Conjunto*, Pedrouços: IESM.

Jarkowsky, J., 2002. *"Boots on the Ground" - Will U.S. Landpower be decisive in future conflicts?*, Pennsylvania: U.S. Army War College.

Jordan, D. et al., 2009. *Understanding Modern Warfare*. 1ª ed. Cambridge: Cambridge University Press.

Kaldor, M., 2006. *New and Old Wars - Organizaed Violence in a Global Era*. 2ª ed. Stanford: Stanford University Press.

Kassimeris, G. & Buckley, J., 2010. *The Ashgate Research Companion to Modern Warfare*. 1ª ed. Farnham: Ashgate Publishing Limited.

Keegan, J., 1990. *The Second World War*. 1ª ed. New York: Penguin Books.

Lambeth, B. S., 2001. *NATO's air war for Kosovo : a strategic and operational assessment*. 1ª ed. Santa Monica: RAND.

Lewis, A. R., 2007. *The American Culture of War*. 1ª ed. New York: Routledge.

Lieven, A., 1998. *Chechnya: Tombstone of Russian Power*. 1ª ed. New Haven: Yale University Press.

Lind, W. S., 2007. *The Death of the RMA*. [Em linha] Disponível em: <http://www.lewrockwell.com/lind/lind128.html> [Acedido em 21 Dezembro 2011].

Mandleles, M. D., 2007. *Military Transformation Past and Present*. 1ª ed. Westport: Praeger Security International.

Maoz, Z., 2004. *The Revolution in Military Affairs and the Middle East: If this is a Revolution, then we are the Counterrevolutionists*. s.l., National Intelligence Council.

McGregor, D., 2004. *Army Transformation: Implications for the Future*. [Em linha] Disponível em: <http://www.comw.org/pda/fulltext/0704macgregor.pdf> [Acedido em 11 Novembro 2011].

Metz, S. & Kievit, J., 1994. *The Revolution in Military Affairs and Conflict Short of War*, s.l.: s.n.

Murray, W., 1997. Thinking about Revolutions in Military Affairs. *Joint Forces Quarterly*, Summer, pp. 69-76.

Oliker, O., 2001. *Russia's Chechen Wars 1994–2000: Lessons from Urban Combat*, s.l.: RAND Corporation.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V., 2008. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: s.n.

Santos, L. d., 1983. *Incursões no Domínio da Estratégia*. 1ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Santos, L. d., 2009. *As guerras que já aí estão e as que nos esperam*. 1ª ed. Mem Martins: Publicações Europa-América.

- Sarkees, M. R. & Wayman, F., 2010. *Resort to War: 1816 - 2007*. 1ª ed. s.l.:CQ Press.
- Sarkees, M., Weyman, F. & Singer, J. D., 2003. Inter-State, Intra-State, and Extra-State Wars. *International Studies Quarterly*, pp. 49-70.
- Shaw, M., 2000. The contemporary mode of warfare?. *Review of International Political Economy*, pp. 171-180.
- Sheffield, G., 2010. *War Studies Reader - From the Seventeenth Century to the Present Day and Beyond*. 1ª ed. London: Continuum International Publishing Group.
- Shimko, K. L., 2010. *The Iraq Wars And America 'S Military Revolution*. 1ª ed. New York: Cambridge University Press.
- Sloan, E., 2008. *Military Transformation and Modern Warfare - A Reference Handbook*. Westport: Praeger Security International.
- Smith, R., 2008. *A Utilidade da força - A arte da guerra no mundo moderno*. 1ª ed. Lisboa: Edições 70.
- Smith, S., 2001. *Allah's Mountains: The Battle For Chechnya*. Revised ed. London: I.B.Tauris Publishers.
- Stephenson, S., 2010. A Revolução em Assuntos Militares:12 Observações sobre uma Ideia Fora de Moda. *Military Review*, Julho-Agosto, pp. 78-88.
- Stone, D. R., 2006. *A Military History of Russia: From Ivan the Terrible to the War in Chechnya*. 1ª ed. Westport: Praeger Security International.
- Stulberg, A. N. & Salomone, M. D., 2007. *Managing Defense Transformation - Agency, Culture and Service Change*. 1ª ed. Hampshire: Ashgate Publishing Limited.
- Teixeira, M. L., 2009. Por Que Revolução nos Assuntos Militares?. *Revista da Escola de Guerra Naval*, pp. 51-81.
- Telo, A. J., 2002. Reflexões sobre a Revolução Militar em Curso. *Nação e Defesa*, Outono-Inverno, pp. 211-249.
- Tomes, R. R., 2007. *US Defense Strategy from Vietnam to Operation Iraqi Freedom*. 1ª ed. Abingdon: Routledge.

Anexo A – Critérios de Classificação das Guerras

Nesta análise dos possíveis critérios de classificação das guerras, utilizaremos os seis critérios propostos por Santos, já que abarcam a generalidade das variáveis fundamentais do fenómeno da guerra. Não nos limitaremos contudo aos mesmos, ensaiando outros que nos parecem pertinentes face aos objetivos da investigação. Nesta análise define-se como linha de pensamento estruturante a aplicabilidade da tipologia resultante no âmbito da Estratégia, nomeadamente da Estratégia Militar.

1. Intervenientes

A classificação quanto aos intervenientes é das mais comuns já que permite tratar o fenómeno tendo em conta os atores que nele participam e sem os quais não existiria. Sendo a guerra um ato de agressão entre dois ou mais grupos, é crucial poder classificá-los utilizando parâmetros transversais a qualquer conflito e, logicamente, excluindo-se mutuamente. Aliás, esta característica deverá estar presente em todos os critérios, sob pena de perda de congruência do sistema de classificação. Assim, quando Santos (1983, p. 200) menciona que as guerras poderão ser classificadas como civis, internacionais, raciais ou de classes, pressupõe-se que não poderão estes ser utilizados em conjunto, já que não se excluem mutuamente; uma guerra civil pode ser racial ou de classes.

Por tal motivo, é necessário partir de uma base comum que descarte ambiguidades, base essa que poderá ser a condição de ator da cena internacional. Sendo o Estado o ator central do sistema político internacional, poderá ser este a figura pivô do sistema de classificação. É exemplo disso o espectro proposto pelo projeto CoW, em que divide as guerras em (Sarkees & Wayman, 2010):

- Interestatais – Entre estados;
- Extraestatais – Entre estados e atores não estatais, em que os primeiros intervêm fora do seu território;
- Intraestatais – Entre atores não estatais ou entre estes e o governo Estatal/Regional, dentro do território de um estado;
- Não Estatais – Entre atores não estatais.

Esta classificação elimina ambiguidades, já que, de um modo geral, classificar um ator como estatal significa que ele é reconhecido como membro da Organização das Nações Unidas (ONU). E dizemos de um modo geral pelo facto de, pontualmente, alguns

estados não reconhecerem outros mesmo que sejam membros da ONU (como, por exemplo, o Irão em relação a Israel) o que não obsta ao facto de jurídica e legalmente esse ator se constituir como estado segundo o normativo legal internacional e pela generalidade dos estados membros da ONU.

Assim, esta classificação favorece uma visão clara da tipologia de conflitos tendo como critério os seus intervenientes, pelo que se adotará a mesma para análises subsequentes no âmbito desta investigação.

2. Motivos

A classificação quanto aos motivos pode ser, segundo Santos (1983, p. 200), accidental, irracional, de cálculo, preventiva ou catalítica. Enquanto se entende útil estudar os motivos imediatos que levam o homem a fazer a guerra, questiona-se a utilidade de os sistematizar numa tipologia, porquanto os mesmos, estando ligados inexoravelmente à natureza humana, logo ao seu carácter ambíguo e multidimensional, carecem de estudos qualitativos pormenorizados, para além de raramente se manifestarem de forma isolada. Quanto ao motivo, uma guerra poderá ser, simultaneamente, de cálculo e preventiva, assim como catalítica e accidental. Como tal, e apesar de se considerar importante no âmbito das ciências sociais, este critério não se afigura de especial relevância para a definição de uma tipologia da guerra como ferramenta com aplicabilidade no âmbito da Estratégia.

3. Finalidade

A classificação quanto à finalidade é útil para a análise estratégica da conflitualidade, principalmente se combinada com o nível de coação utilizado, já que permite estudar os objetivos pelos quais se faz a guerra e os meios utilizados para os atingir. As classificações quanto à finalidade podem ser as mais variadas, dependendo muitas vezes da ideologia ou orientação política do autor e da área de estudos do mesmo. Com base neste critério, Santos (1983, p. 200) classifica as guerras como civis, revolucionárias, integrais, económicas, coloniais, imperialistas, de libertação ou de anexação, entre outras. Uma vez mais, estas classificações não se excluem entre si, pelo que não seria viável utilizá-las todas num mesmo prisma de análise, ou seja, integrando um espectro único. De facto, uma guerra imperialista pode ser económica, ou uma guerra de libertação pode ser civil. Se combinarmos este critério de análise com o critério dos intervenientes, e tomando a classificação proposta como base de partida, constatamos que

será difícil identificar os objetivos de uma guerra inter ou extraestatal, dada a disparidade de possibilidades para as mesmas. Objetivos económicos, puramente militares (como destruição de uma capacidade militar específica), políticos (não serão todos?) ou quaisquer outros seriam aceitáveis, mas igualmente difíceis de determinar na complexidade do realismo das relações internacionais. No que respeita aos objetivos de uma guerra intraestatal, o leque pode ser reduzido, já que se restringem bastante as variáveis presentes num conflito que envolva mais do que um estado. Assim, à partida, podemos identificar como objetivos de uma guerra intraestatal os seguintes:

- Controlo central – um ou mais atores tentam tomar/manter o poder central do estado;
- Secessão – um ou mais atores tentam ganhar uma maior autonomia do poder central, de âmbito limitado até à independência total;
- Recursos locais – um ou mais atores tentam ganhar controlo sobre determinados recursos considerados essenciais, sem contudo alterar a relação política interna vigente;
- Económicos – um ou mais atores pretendem alterar ou manter uma situação que privilegie os seus interesses económicos;
- Interesses grupais – um ou mais atores tentam ganhar ou manter a hegemonia de um grupo específico, seja religioso, racial ou étnico, por razões relacionadas com as características e especificidades grupais.

Poderá dizer-se que estas classificações são limitadas e que muitas outras poderiam ser elencadas. Aceita-se tal argumento, como já assumimos anteriormente, mas a divisão proposta abarca um conjunto de objetivos que contemplam a generalidade dos conflitos e disputas do período em estudo, os quais, de um modo geral, se excluem reciprocamente.

4. Nível de Coação

A classificação quanto ao nível de coação reveste-se de assinalável utilidade para uma análise estratégica militar dos conflitos. O nível de coação, entendido como meios utilizados na conduta das hostilidades para atingir os objetivos, revela o carácter do conflito e permite uma abordagem tática e técnica do mesmo do ponto de vista militar. Contudo, este nível de coação pode tomar variadas formas que, se não estruturadas cuidadosamente, podem tornar a classificação confusa e ambígua, caindo no erro de violar o princípio da exclusão mútua de fatores de classificação. Mais uma vez Santos (1983, p. 201) dá

exemplos para tipos de guerras quanto aos meios utilizados (*id est*, nível de coação): estas podem ser frias, quentes, mecanizadas, químicas, biológicas, atômicas, económicas, entre outras. Deparamo-nos de novo com classificações que não se excluem reciprocamente, já que uma guerra quente pode ser atômica ou química, ou ambas; e igualmente mecanizada. Assim como a guerra fria pode ser económica ou atômica. Enfim, as perspectivas de análise são diversas e, se não forem corretamente definidas, podem originar confusão e ambiguidade.

Assim, a análise feita por Santos tem o mérito de abrir os horizontes quanto a possíveis níveis de coação utilizados, mas peca por não os esquematizar. Interessa pois definir as variáveis que poderão limitar a classificação, tornando-a clara e útil. E esta poderá ser feita, simultaneamente, em vários níveis:

- Quanto à existência de coação militar direta – Guerra Fria ou Quente;
- Quanto à utilização de Armas de Destruição Massiva (ADM) – Guerra com recurso a ADM ou Clássica (quando aquelas não são utilizadas);
- Quanto à tipologia de organização das forças – Guerra Irregular (quando pelo menos um dos contendores não possui forças organizadas segundo os padrões de uma força convencional) e Convencional (quando todos os contendores possuem forças organizadas segundo os padrões convencionais).

A Figura A1 esquematiza uma classificação das guerras quanto ao nível de coação (meios utilizados):

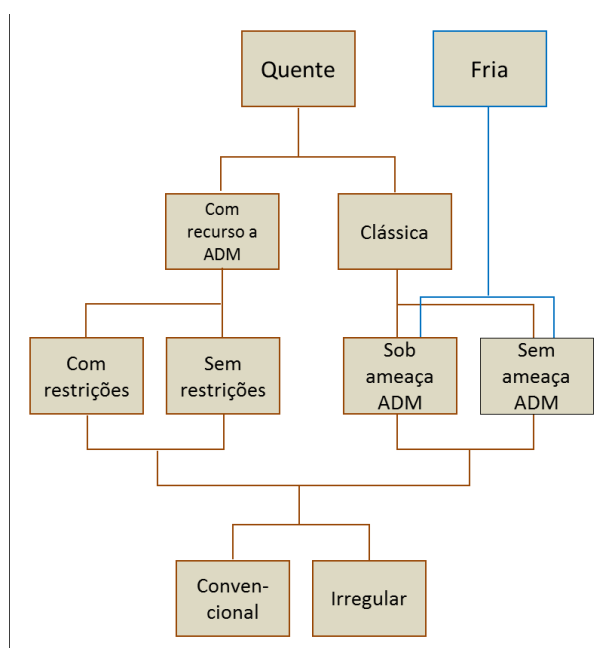


Figura A1 – Classificação quanto ao nível de coação (meios utilizados)

Esta classificação poderia ser estruturada em níveis adicionais, ou segundo variáveis mais específicas. Contudo, quanto mais detalhadas forem essas variáveis, mais complexo se tornará o modelo, pelo que se optou por esta classificação mais genérica.

5. Amplitude

A classificação quanto à amplitude da guerra, ou seja, quanto à localização da mesma, pode ser feita tendo em conta diferentes variáveis. Pode estar relacionada com as características geográficas (por ex. guerra da selva ou guerra de ruas) ou quanto à extensão geográfica onde esta ocorre (por ex. guerra mundial, regional ou local)¹⁴. Mais uma vez, este é um critério que se revela interessante para se estudarem tendências e padrões das guerras no que ao local onde se desenrolam diz respeito. Não obstante, não se configura como o critério mais interessante para uma análise estratégica, já que nos fornece uma visão muito limitada do fenómeno, necessitando de ser combinado com outro critério mais objetivo.

6. Restrições

O critério da Restrição prende-se com a forma como os contendores empregam as suas forças. Assim, as guerras podem ser irregulares (quando pelo menos um dos contendores adota táticas e técnicas não convencionais) ou convencionais (quando todos os contendores empregam as suas forças segundo conceitos operacionais convencionais). Esta tipologia de emprego de forças baseia-se nas restrições no uso das mesmas e é relevante para o estudioso militar, principalmente se combinada com o critério do nível de coação, facultando uma visão abrangente do carácter de uma guerra, de grande utilidade para uma análise puramente militar.

¹⁴Com base neste critério pode ainda sistematizar-se o meio em que a guerra ocorre: assim, podemos ter guerras terrestres, navais, aéreas, cibernéticas e espaciais, numa classificação que dificilmente é operacionalizada, já que raramente um conflito ocorre num único meio. Com o advento das novas tecnologias é possível assistirmos cada vez mais à utilização do espaço eletromagnético para conduzir ações ofensivas contra um adversário ou inimigo. A *Cyberwar*, seguindo o termo anglo-saxónico, pode, realmente, ser uma realidade por si só, mas o mais provável é este meio ser explorado em conjunto com os restantes para atingir os objetivos propostos.

7. Outros critérios

Como vimos anteriormente, embora os seis critérios propostos por Santos abarquem a generalidade das variáveis fundamentais do fenómeno da guerra, outros poderão ser utilizados sempre que se revelarem úteis para o objetivo proposto. Assim, no âmbito deste trabalho, analisámos o critério do nível tecnológico dos intervenientes. Poderá argumentar-se que este critério não é mais do que uma classificação quanto ao nível de coação, sendo a classificação feita segundo o grau tecnológico dos intervenientes. Aceita-se tal argumento, mas de forma a não levantar ambiguidades com outros modelos de análise baseados no nível de coação, escolheu-se isolá-lo para o âmbito deste trabalho. Com base neste critério as guerras podem ser classificadas como:

- Guerras Tecnológicas – Envolvem pelo menos um ator com capacidade tecnológica militar avançada (sistemas de C3 digitais, sistemas ISTAR, armamento com sistemas de controlo de tiro digitais/ópticos/noturnos);
- Guerras Rudimentares – Não envolvem atores com capacidades tecnológicas militares avançadas.



Figura A2 – Classificação quanto ao nível tecnológico dos intervenientes

Anexo B – Lista de Conflitos e Disputas do período de 1990 a 2007

Ano de Início	Período	Guerra	Tipo
1990	1990-1991	Guerra do Golfo	Interestatal
1990	1990-2005	Guerra de Caxemira	Intraestatal
1991	1991	Guerra Curda e Xiita	Intraestatal
1991	1991-1996	Primeira Guerra Civil da Serra Leoa	Intraestatal
1991	1991-1992	Guerra de Independência da Croácia	Intraestatal
1991	1991-1999	Segunda Guerra Curda (Turquia)	Intraestatal
1991	1991-1992	Primeira Guerra Curda (Iraque)	Extraestatal
1991	1991-1992	Guerra de divisão do SPLA (Sudão)	Intraestatal
1991	1991-1992	A Guerra de Jukun-Tiv (Nigéria)	Intraestatal
1991	1991-1997	Segunda Guerra da Somália	Intraestatal
1991	1991-1992	Guerra da Geórgia	Intraestatal
1991	1991-1993	Guerra de Nagorno-Karabakh	Intraestatal
1991	1991-1992	Guerra de Independência do Dniestre (Moldávia)	Intraestatal
1992	1992-1999	Guerra da Frente Islâmica Argelina	Intraestatal
1992	1992	Guerra de Independência da Bósnia	Interestatal
1992	1992-1997	Guerra do Tajiquistão	Intraestatal
1992	1992-1995	Guerra da Bósnia	Intraestatal
1992	1992-1995	Segunda Guerra da Libéria	Intraestatal
1992	1992-1994	Guerra civil de Angola	Intraestatal
1993	1993-1997	Segunda Guerra Civil do Cambodja	Intraestatal
1993	1993-1994	Guerra Azerbaijão e Arménia	Interestatal
1993	1993-1994	Revolta Abecase	Intraestatal
1993	1993-1998	Segunda Guerra do Burundi	Intraestatal
1994	1994	Guerra de Secessão do Yemen do Sul	Intraestatal
1994	1994	Segunda Guerra do Ruanda	Intraestatal
1994	1994-1996	Primeira Guerra da Chechénia	Intraestatal
1994	1994-1995	Guerra Curda (Iraque)	Intraestatal
1995	1995	Guerra do Vale do Cenepa (Equador-Peru)	Interestatal
1995	1995	Guerra da Croácia e Krajina	Intraestatal
1996	1996	Terceira Guerra da Libéria	Intraestatal
1996	1996	Sexta Guerra Curda (Iraque)	Intraestatal
1996	1996-1997	Quinta Guerra do DRC (Congo)	Intraestatal
1997	1997-1998	Terceira Guerra do Ruanda	Intraestatal
1997	1997	Segunda Guerra do PKK no Iraque	Extraestatal
1997	1997	Primeira Guerra de Brazaville (Congo)	Intraestatal
1998	1998-2000	Segunda Guerra Civil da Serra Leoa	Intraestatal
1998	1998-1999	Guerra de Independência do Kosovo	Intraestatal
1998	1998-2000	Guerra Fronteira de Badme (Eritreia-Etiópia)	Interestatal
1998	1998-1999	Guerra Civil da Guiné Bissau	Intraestatal
1998	1998-2002	Guerra do Congo	Intraestatal

1998	1998-2000	Quarta Guerra do Chade (Revolta Togoimi)	Intraestatal
1998	1998-2002	Terceira Guerra Civil Angolana	Intraestatal
1998	1998-1999	Segunda Guerra de Brazaville (Congo)	Intraestatal
1999	1999-2000	Guerra Civil das Molucas	Intraestatal
1999	1999	Guerra do Kosovo	Interestatal
1999	1999-2000	Primeira Guerra Cristã Muçulmana da Nigéria	Intraestatal
1999	1999-2002	Segunda Guerra de Aceh	Intraestatal
1999	1999	Guerra de Kargil (Caxemira)	Interestatal
1999	1999	Guerra de Libertação Oromo (Etiópia)	Intraestatal
1999	1999-2005	Guerra de Hema-Lendu (Congo)	Não Estatal
1999	1999-2003	Segunda Guerra da Chechênia	Intraestatal
2000	2000-2001	Segunda Guerra Moro nas Filipinas	Intraestatal
2000	2000-2001	Guerra da Guiné	Intraestatal
2000	2000-2003	Intifada Al Aqsa	Extraestatal
2001	2001-2003	Terceira Guerra do Burundi	Intraestatal
2001	2001	Quarta Guerra do Ruanda	Intraestatal
2001	2001	Invasão do Afeganistão	Interestatal
2001	2001-2003	Primeira Insurreção Maoista Nepalesa	Intraestatal
2001	2001-presente	Guerra do Afeganistão	Extraestatal
2002	2002-2003	Quarta Guerra da Liberia	Intraestatal
2002	2002-2003	Guerra Anyuaa-Nuer (Etiópia)	Intraestatal
2002	2002-2004	Guerra da Costa do Marfim	Intraestatal
2003	2003	Terceira Guerra Moro nas Filipinas	Intraestatal
2003	2003-2006	Guerra do Darfur	Intraestatal
2003	2003	Invasão do Iraque	Interestatal
2003	2003-presente	Guerra do Iraque	Extraestatal
2003	2003-2004	Terceira Guerra de Aceh	Intraestatal
2003	2003-2006	Segunda Guerra Maoista Nepalesa	Intraestatal
2004	2004-2006	Guerra do Waziristão	Intraestatal
2004	2004	Segunda Guerra Cristã Muçulmana da Nigéria	Intraestatal
2004	2004-2005	Primeira Guerra do Iémen	Intraestatal
2005	2005-2006	Ofensiva Filipina Conjunta	Intraestatal
2005	2005-2006	Quinta Guerra do Chade	Intraestatal
2006	2006-2008	Terceira Guerra da Somália	Intraestatal
2006	2006-presente	Segunda Guerra Tamil (Sri Lanka)	Intraestatal
2007	2007	Primeira Guerra do Iémen	Intraestatal

(Elaborado pelo autor, a partir de Sarkees & Wayman, 2010)

Legenda

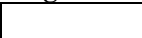


	- Intraestatal
	- Interestatal
	- Extraestatal
	- Não Estatal

Anexo C – Lista de Guerras Tecnológicas do período de 1990 a 2007

Ano de Início	Período	Guerra	Tipo
1990	1990-1991	Guerra do Golfo	Interestatal
1994	1994-1996	Primeira Guerra da Chechênia	Intraestatal
1999	1999	Guerra do Kosovo	Interestatal
1999	1999-2003	Segunda Guerra da Chechênia	Intraestatal
2000	2000-2003	Intifada Al Aqsa	Extraestatal
2001	2001	Invasão do Afeganistão	Interestatal
2001	2001-presente	Guerra do Afeganistão	Extraestatal
2003	2003	Invasão do Iraque	Interestatal
2003	2003-2011	Guerra do Iraque	Extraestatal

(Elaborado pelo autor, a partir de Sarkees & Wayman, 2010)

Legenda

	- Intraestatal
	- Interestatal
	- Extraestatal

Anexo D – Modelo de Análise

